



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

JANEIRO/ 2012



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108 de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, TCU Nº 117 de 19 de outubro de 2011, e das orientações do órgão de controle interno Portaria n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Recife-PE, 03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS – Assessoria de Comunicação Social
ADAGRO - Agência de Desenvolvimento Agropecuário
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica-
CE - Ceará
CEP – Código de Endereçamento Postal
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGDP - Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGE – Comissão de Gestão Estratégica
CGU - Controladoria Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola.
CJU-PE - Consultoria Jurídica da União no estado de Pernambuco
CLAE-FL - Cromatografia Líquida de Alta Eficiência com detector de fluorescência
CNAE – Classificação Nacional de atividades Econômicas
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
DAD – Divisão de Apoio Administrativo das SFAs do MAPA
DAS – gratificação de Direção e Assessoramento Superiores
Dec. – Decreto
DN - Decisão Normativa
DNA- Ácido Desoxirribonucleico
DOU- Diário Oficial da União
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
GAB- Gabinete
HPLC- High-performance liquid chromatography
ICP/MS - Espectrometria de Emissão por Plasma
IEC - International Electrotechnical Commission
IN- Instrução Normativa
INMETRO – instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO - International Organization for Standardization
Lanagro/PE - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
M.E. – Mapa Estratégico
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NAJ-PE Núcleo de Acessória Jurídica de Pernambuco
NBR - Normas Brasileiras
OIE - World Organisation for Animal Health
PB – Paraíba
PE - Pernambuco
PI – Plano Interno
PORT. - Portaria
PPA – Plano Plurianual
RAE - Reuniões de Análise Estratégica
RG- Relatório de Gestão
RH – Recursos Humanos
RT- Responsável Técnico
SAD – Serviço de Apoio Administrativo
SAG - Seção de Atividades Gerais das SFAs do MAPA
SDA- Secretaria de Defesa Agropecuária

SFA- Superintendência Federal da Agricultura
SFC – Secretaria Federal de Controle da CGU
SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
SIPLAN - Sistema de Informações de Planejamento
SLAV - Serviço Laboratorial Avançado
SPU - Superintendência Patrimonial da União
TCU - Tribunal de Contas da União
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UGQ – Unidade de Gestão da Qualidade
UJ - Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro I – Identificação da UJ -Relatório de Gestão individual- (Quadro- A.1.1).....	15
Quadro II - Execução Física das ações realizadas pela UJ- (Quadro- A.2.2)	21
Quadro III- Valores Aplicados pelos PIs	21
Quadro IV - Identificação das Unidades Orçamentárias– (Quadro-A.2.3) -	22
Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. – (Quadro- A.2.7)	23
Quadro VI- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos– (Quadro-A.2.11)	24
Quadro VII -Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Quadro-A.2.12)	25
Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação- (Quadro-A.2.13).....	26
Quadro IX - - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (Quadro-A.4.1)	27
Quadro X– Força de Trabalho da UJ -(Quadro-A.5.1).....	28
Quadro XI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – (Quadro-A.5.2)	28
Quadro XII– Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ- (Quadro-A.5.3)	29
Quadro XIII– Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - (Quadro-A.5.4)	30
Quadro XIV– Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - (Quadro-A.5.5) ...	31
Situação apurada em 31/12.....	31
Quadro XV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - (Quadro-A.5.6)	32
Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários- (Quadro-A.5.8).....	32
Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores-(Quadro-A.5.9)	33
Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva- (Quadro- A.5.12)	33
Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra- (Quadro- A.5.13)	33
Quadro XX– Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV- (Quadro A.7.1).....	35
Quadro XXI– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR- (Quadro A.8.1)	36
Quadro XXII– Estrutura de controles internos da UJ –(Quadro-A.9.1).....	36
Quadro XXIII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – (Quadro A.10.1).....	36
Quadro XXIV - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – (Quadro-A.13.1)	38
Quadro XXV– Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)- (Quadro- A.13.2)	39
Quadro XXVI- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1) Recomendação 1	39
Quadro XXVII- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1) Recomendação 2	39
Quadro XXVIII- Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. (Quadro B.1.1)	40

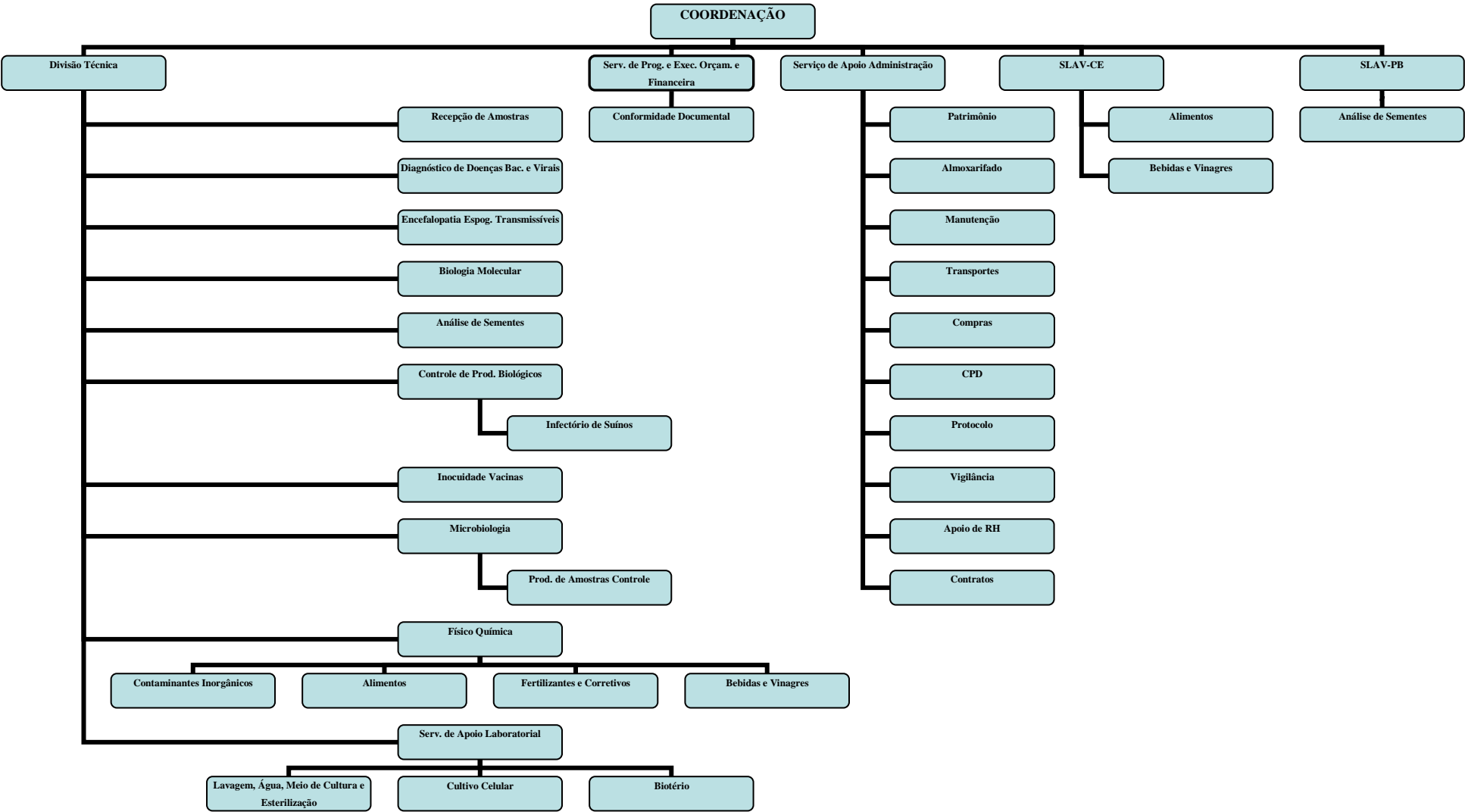
SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	15
Item 1 -Identificação da UJ - Lanagro-PE.....	15
Item 2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade ...	16
2.a) Responsabilidades institucionais da Unidade.....	16
2.a.I.) Competência	16
2.a.II) Objetivos Estratégicos	17
2.b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais.....	17
2.b.I) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;	17
2.b.II.) Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	19
2. c) Programas de Governo sob a responsabilidade do Lanagro-PE:.....	21
2.c.I.) Execução física das ações realizadas pelo Lanagro-PE.....	21
2.d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:	22
2.d.I.) Programação Orçamentária das Despesas:	23
2.d.II) Execução Orçamentária da Despesa.....	23
2.d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação dos Créditos originados da UJ -(2.d.II.2.a)	24
Análise Crítica:	24
2.d.II.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação-(2.d.II.2.b)	25
2.d.II.3.) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	26
2.d.III) Indicadores Institucionais	26
Item 3 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	27
Item 4 - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:	27
4.1) Composição do quadro de servidores ativos -Situação apurada em 31/12/2010.....	27
4.1.1.) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	27
4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	31
4.3) Composição do Quadro de Estagiários	32
4.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	33
4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	33
4.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	34
Item 5 (Parte A, Item 7 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	35
Item 6 (Parte A, Item 8 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)	35
Item 7 - Estrutura de controles internos da UJ	36
Item 8 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	36
Item 9 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de	

terceiros.	37
Item 10 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.	38
Item 11 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.....	38
11.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.....	38
Item 12 –(Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010).....	39
Item 13 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	39
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	40
Item 14 (Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).....	40
14.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	40
Declaração do Consultor	40
RESULTADOS E CONCLUSÕES	41
<i>Anexo A</i>	43
Figura A.1. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011.....	43
<i>Anexo B</i>	44
Certificado de Acreditação	44
<i>Anexo C</i>	45
Quadro III- Valores Aplicados pelos PIs	45
<i>Anexo D</i>	46
Certificado de Credenciamento	46
<i>Anexo E</i>	47
Inclusão da Coordenação perante o SISCOMEX	47
<i>Anexo F</i>	48
Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. (Quadro- A.2.7)	48
<i>Anexo G</i>	49
Quadro VII -Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Quadro-A.2.12).....	49
<i>Anexo H</i>	50
Figura A.3.a.Resumo da Distribuição dos créditos orçamentário Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/PE, por Elemento de Despesa.....	50
<i>Anexo I</i>	51
Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação- (Quadro-A.2.13)	51
<i>Anexo J</i>	52
Figura A.3.b.Distribuição dos créditos aplicados pelo Lanagro/PE, por PI's que atenderam aos Elementos de Despesa desta UJ. (Janeiro a Dezembro de 2011)	52
<i>Anexo K</i>	53
Tabela 1) Indicador de Eficácia	53
<i>Anexo L</i>	54
Tabela 2)Indicador de Eficiência	54
<i>Anexo M</i>	55
Tabela 3) Indicador de Efetividade	55
<i>Anexo N</i>	57
Figura A.4. – Processos Finalísticos do Lanagro-PE e seus serviços Avançados da PB e do CE.....	57
<i>Anexo O</i>	58
Figura A.2. Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub- processos e atividades.....	58

<i>Continuação da Figura A.2. Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades</i>	59
<i>Anexo P.....</i>	60
Quadro XVI I- Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores-(Quadro-A.5.9)	60
<i>Anexo Q..</i>	61
Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva-(Quadro- A.5.12)	61
<i>Anexo R.....</i>	62
Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra-(Quadro-A.5.13).....	62
<i>Anexo S...</i>	63
Quadro XX– Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV-(Quadro A.7.1).....	63
<i>Anexo T...</i>	64
Quadro XXII– Estrutura de controles internos da UJ –(Quadro-A.9.1).....	64
<i>Anexo U..</i>	68
Quadro XXII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – (Quadro A.10.1).....	68
<i>Anexo V..</i>	71
Ata de Reunião	71
<i>Anexo X.....</i>	72
Quadro XXVI- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1).....	72
Recomendação 1	72
<i>Anexo Z...</i>	74
Declaração do Contador	74

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DO ORGANOGRAMA FUNCIONAL:

COORDENAÇÃO DO LANAGRO-PE:

- I. Planejar e coordenar a execução das atividades Lanagro-PE;
- II. Aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual e programações orçamentárias e operacionais;
- III. Elaborar normas complementares ao desenvolvimento das atividades laboratoriais para as unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas;
- IV. Apresentar, ao órgão competente, relatório anual das atividades desenvolvidas;
- V. Emitir parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, acordo, protocolo ou contrato, que envolvem matérias de competência, consoante normas específicas do órgão setorial;
- VI. Autorizar viagens de servidores, em objeto de serviço;
- VII. Instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;
- VIII. Praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados;
- IX. Autorizar e homologar licitações, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
- X. Praticar os demais atos de administração necessários ao cumprimento das competências dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, observadas disposições da legislação pertinente;
- XI. Promover a execução e acompanhar projetos de implantação de Laboratório Nacional Agropecuário, consoante orientações específicas do Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial;
- XII. Elaborar relatórios operacionais relativos à implantação de projetos, na forma e periodicidade determinadas, encaminhando-os ao Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial e;
- XIII. Exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelos Coordenadores dos Lanagros/MAPA em que estiverem localizados.
- XIV. Subordinado a Coordenação deste Lanagro existe uma Divisão e quatro Serviços aos quais competem:

DIVISÃO TÉCNICA:

- I. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, materiais de multiplicação e de propagação, bem como de diagnóstico de doenças e pragas, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. Acompanhar a realização de análises físico-químicas, microbiológicas, diagnósticos e promover apoio laboratorial;
- III. Assessorar na elaboração de normas de credenciamento e de monitoramento de laboratórios;
- IV. Manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA; e
- V. Orientar e acompanhar a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

Cabe aos RESPONSÁVEIS TÉCNICOS (RT) dos setores subordinados a esta divisão:

- I. Promover a execução das atividades sob suas responsabilidades;

- II. Emitir laudos referentes aos resultados analíticos laboratoriais;
- III. Diagnosticar doenças dos animais e pragas dos vegetais;
- IV. Instruir processos técnico-administrativos;
- V. Elaborar relatórios operacionais; e
- VI. Emitir certificados e demais documentos definidos em regulamentos e manuais operacionais.

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- I. Executar as atividades de programação, bem como de execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados;
- II. Proceder à conformidade documental; e
- III. Controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira de termos de parcerias e de cooperação técnica.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

- I. Elaborar a proposta relacionada ao Plano Plurianual e a programação operacional, em articulação com as demais unidades organizacionais;
- II. Acompanhar o desenvolvimento da programação operacional;
- III. Efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; e
- IV. Promover e controlar as atividades de:
 - a) Administração de material, patrimônio e de recursos da informação e informática;
 - b) Comunicações administrativas, em especial de protocolo;
 - c) Administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos;
 - d) Execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; e
 - e) Transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e telefonia.

SERVIÇOS DE APOIO LABORATORIAL: ESTADOS DO CEARÁ E DA PARAÍBA

- I. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. Realizar análises físico-químicas, e atividades de apoio laboratorial;
- III. Implantar e validar novas metodologias analíticas;
- IV. Manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais Lanagro-PE;
- V. Promover e orientar a participação em programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

O organograma regimental da forma em que se apresenta vem demonstrando entraves na sua funcionalidade uma vez que, serviços que existem em outros Lanagros não são contemplados em nossa unidade como:

- a) Serviço de Apoio Laboratorial que contempla as atividades de Recepção de Amostras; Lavagem, Esterilização e Meio de Cultura; Cultivo Celular e Biotério deveriam constituir um Serviço específico com esta finalidade;
- b) Não há um Setor da Qualidade que garanta a implantação e manutenção do Sistema e para tal, deveria ser criado um Serviço da Unidade de Gestão da Qualidade, com atribuições específicas, de maneira a facilitar o gerenciamento das observâncias à norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025/2005, tendo este subordinação direta à Coordenação. Mesmo sem sua formalização regimental, criamos o setor por ter sido, condição indispensável para atingirmos o status de Acreditados pelo INMETRO frente à NBR ISO/IEC nº 17025/2005 e, achamos necessária a inclusão da Gerente da Qualidade no rol

dos responsáveis desta UJ;

- c) Da mesma forma que a Divisão Técnica, a UJ deveria ser contemplada com mais uma Divisão que seria a Divisão Administrativa, com as atribuições inerentes a complexidade requerida.

Salientamos que o Serviço Laboratorial Avançado do estado do Ceará - SLAV/CE citado no fluxo foi desativado por solicitação desta UJ à CGAL, através do Ofício nº 325/2011-Lanagro-PE datado de 19/07/2011, sublinhamos o cenário de extremo esforço de manutenção das atividades que não foi possível, por absoluta falta de servidor com perfil técnico laboratorial. Este fato evidenciou o quanto se faz necessário a contratação de novos Fiscais, com a realização de concurso público. A CGAL concordou com a decisão através do Memorando nº 272/2011/GAB/CGAL datado de 25 de outubro de 2011.

Esta desativação não causou nenhum transtorno nem prejuízo para esta UJ, pois os equipamentos e insumos foram remanejados para os serviços técnicos similares. A estrutura física que era ocupada por esta Avançada, de imediato a SFA-CE incorporou ao seu patrimônio o que veio facilitar a esta UJ, eliminando os percalços em administrar prédio desocupado e, o veículo que estava disponibilizado foi trazido para a sede do Lanagro-PE.

Os funcionários lotados nesta Avançada foram remanejados para a Superintendência Federal do estado do Ceará- SFA-CE, valendo salientar que todos estão com tempo de serviço para aposentadoria, com exceção de dois funcionários, um administrativo que solicitou transferência para a Sede do Lanagro-PE e, a servidora FFA que respondia pela Avançada que solicitou sua remoção em caráter irrevogável e foi lotada em cargo de destaque da SFA-CE. Este último fato foi decisivo na descontinuidade das atividades do SLAV-CE.

O SLAV-PB neste exercício apresentou a mesma situação que o Laboratório de Semente da Sede o LASO-PE, quando foi indispensável à suspensão das atividades para implantação da SGQ do Lanagro-PE.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório atende a DN 108, de 24 de novembro de 2010 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

Sua apresentação segue Portaria - TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011, nos termos do art. 4º, § 3º, da DN-TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

As Orientações Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão, Portaria N.º 2546, de 27 de dezembro de 2010, divulgada pela CGU, também foram seguidas na elaboração deste Relatório de Gestão.

O presente relatório, em observância ao Art. 13 da IN - TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010 que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do Art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992, será uma das peças que constituirá o processo de contas a ser apresentado por esta UJ seguindo o disposto no Anexo I da DN - TCU Nº 117, de 19 de outubro de 2011 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2011 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos Arts. 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

Do Anexo II da DN- TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, não apresentamos os itens abaixo relacionados, indicados no Quadro A1 para nossa natureza jurídica - órgãos da administração direta do Poder Executivo, pelos seguintes motivos:

- ✓ Os Quadros A.2.1, A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.8, A.2.9 e o Quadro - A.2.10 não se aplicam a natureza jurídica da UJ;
- ✓ Item 3 – Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos. Não ocorreu no período do exercício;
- ✓ No Item 5 os Quadros A.5.7, A.5.9-1, A.5.10 e o Quadro A.5.11, não ocorreu durante o exercício em tela;
- ✓ Item 6, não se aplica a natureza jurídica da UJ;
- ✓ Item 11, nos Quadros A.11.1, A.11.2 e A.11.3 não há nada a informar porque a UJ não tem patrimônio imobiliário da União sob sua responsabilidade;
- ✓ Item 12, o Quadros A.12.1, a tecnologia de TI da UJ é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- ✓ Item 14, não se aplica a natureza jurídica da UJ;
- ✓ Item 15, Quadros A.15.2, não há pendências a serem atendidas pela UJ;
- ✓ Item 16, não ocorreu durante o exercício em tela
- ✓ Item 17, Quadro B.1.2 da Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010 por não refletir a situação da UJ.

Por solicitação da CGAL, no final do exercício de 2010, este Lanagro encaminhou uma programação de ações impactante para 2011. Foram executadas 56% destas ações e, estão abaixo relacionadas:

1. Conclusão do Processo de Acreditação do Lanagro-PE pelo INMETRO, segundo a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005 recebendo o Certificado de Acreditação CRL nº 0484 em 11 de abril de 2011;
2. Conclusão do Processo de Acreditação do Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos no parâmetro de Arsênio em carnes, pelo INMETRO segundo a norma ABNT NBR

ISO/IEC 17025/2005;

3. Implantação e validação de método para determinação de avermectinas, na área de Resíduos de Medicamentos Veterinários, em leite e fígado bovinos, suínos, eqüídeos e aves, utilizando técnica de cromatografia líquida de alta eficiência–detector de fluorescência- CLAE/FL;
4. Aquisição de um sistema de cromatografia líquida de alta eficiência acoplada o espectrofotômetro de massas - (LC/MS/MS) para realização de análise confirmatórias de Resíduos de Medicamentos Veterinários;
5. Aquisição de um Indutived Coubled Plasma - ICP/MS para otimização das análises e demanda do Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos;
6. Provedor de Ensaio de Proficiência, na área de Microbiologia, para avaliação do desempenho analítico dos laboratórios do MAPA oficiais, credenciados e reconhecidos;
7. Inclusão do Lanagro-PE, através do Laboratório de Microbiologia de Alimentos, para realizar ensaios de E. Coli O157: H7 em carnes, objetivando a exportação para o mercado americano;
8. Validação secundária realizada pelo Laboratório de Microbiologia de Alimentos, de métodos alternativos, para uso nos laboratórios do MAPA oficiais, credenciados e reconhecidos;
9. Conclusão do Processo de Acreditação de metodologia para diagnóstico sorológico de febre aftosa, segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005, na área de Diagnóstico- Viroológico;
10. Conclusão da sorologia de febre aftosa, na área de Diagnóstico- Viroológico;
11. O Lanagro-PE apresentou à CGAL Plano Operativo para 2011 de um quantitativo de análises de amostras de quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois (40.752) para a área Vegetal e cento e vinte e oito mil, cento e uma (128.101) para a área Animal;
12. Implantação de Biologia Molecular e Western Blotting, para Diagnóstico de Mormo e implantação de sequenciamento para bactérias- como resultado da ida da RT de Bacteriologia à Alemanha em 2010;
13. Validação e implantação, na área de Bebidas e Vinagres, de determinações por Cromatografia Líquida- HPLC das determinações quantitativas de cafeínas em Bebidas Não Alcoólicas;
14. Continuação da implantação do Sistema de Gestão Estratégica com a definição e implantação dos indicadores de desempenho;
15. Definição de especificação, para aquisição de robô de processamento de amostras.

Dificuldades no exercício de 2011

1. Podemos enumerar como principal entrave no decorrer deste exercício, o número baixíssimo de servidores do quadro que na área administrativa é de apenas 8 (oito) sendo 2 (dois) de cargo em extinção. A terceirização se integra a este contingente para tentar suprir este problema, porém, apresenta obstáculos em não poderem ser treinados na especificidade que o trabalho laboratorial requer serem de existência efêmera e não podem exercer funções prioritárias. Vale salientar que esta terceirização é amparada pela legislação específica, bem como, registrarmos que a participação destes colaboradores foi fundamental para o desempenho desta UJ;
2. A designação dos fiscais de contrato, que é feito rotineiramente para atender a legislação vigente, entendemos como um entrave à gestão, uma vez que os mesmos, para atenderem os requisitos da função acumulam outras atividades, não permitindo um bom desempenho. Neste exercício foram feitas reuniões com os mesmos para minimizar estes problemas e, em 2012 já há uma palestra agendada, com servidores da CJU. Outro entrave é ser esta atividade exclusiva de servidores do MAPA;
3. Enumeramos como entrave de legislação o Dec. 7.446 de 01/03/2011 em seu Art. 5º que proíbe a execução de reformas, pois, inviabilizou a execução de projetos prontos em 2010, de reformas em áreas físicas, ocasionando estagnação no avanço tecnológico da UJ. Além disto, a Port. 173 de 10/03/2011 no Art. 2º, parágrafo único que menciona que todo valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) tem que ter autorização do Sub Secretário de Planejamento Orçamento e Administração, veio limitar de sobremaneira o desempenho das atividades;
4. Devido às grandes chuvas do mês de julho, no dia 12 (doze) caiu uma parte do muro externo, que separa o prédio de área de mata atlântica. Este processo foi planilhado em R\$ 13.990,00

(treze mil, novecentos e noventa reais) e, devido a sua peculiaridade seria feito como emergência. Desta forma, foi solicitado o índice de precipitação pluviométrica da região para as devidas providências. Devido à demora na obtenção das informações pertinentes, o processo deixou de ser emergencial e esta Coordenação julgou melhor envolver, além do Bolsista do CNPq de Engenharia Civil o servidor lotado na SFA-PB, Engenheiro Civil que presta assessoria em obras, para emitir um laudo considerando as especificidades da obra. O Engenheiro apresentou, em meados de outubro, uma planilha totalizando R\$ 97.044,77 (noventa e sete mil, quarenta e quatro e setenta e sete centavos), importância que inviabilizaria a execução do serviço, pelas restrições legais em vigência. Diante dos fatos a UJ achou conveniente realizar serviço de engenharia de apenas a parte que nos permitia a legislação, no valor abaixo de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais). A conclusão do mesmo será objeto de novo processo para 2012. No final do exercício conseguimos empenhar um valor aproximado de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), necessário para execução de parte do serviço. Tantos percalços para execução deste serviço nos levam a enumerá-lo como uma dificuldade desta UJ. Todos os registros estão evidenciados através de fotos e laudos do engenheiro do quadro do MAPA.

Plano de Ações impactantes para 2012:

1. Implantação e validação, no Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos, da análise de Arsênio, Cádmio e Chumbo em pescados;
2. Implantação e validação, no Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos, na análise de Cádmio e Chumbo em mel;
3. Solicitação de Acreditação dos métodos implantados de avermectinas em leite e fígado bovinos, suínos, eqüídeos e aves, segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005, na área de Resíduos de Medicamentos Veterinários;
5. Estudos conclusivos para dotar o Lanagro-PE de um Laboratório Biosseguro NB3 para doenças virais;
6. Realização de reforma na área física do Laboratório de Virologia para adequação do fluxo de trabalho frente ao aumento de demanda-Projeto pronto em 2010;
7. Construção do Laboratório de Biologia Molecular e início das atividades - Projeto pronto em 2010;
8. Construção do estacionamento de veículos oficiais- Projeto pronto em 2010;
9. Implantação de nova técnica confirmatória de diagnostico de raiva em substituição a prova biológica;
10. Validação e implantação, na área de Bebidas e Vinagres, de determinações por Cromatografia Líquida-HPLC das determinações quantitativas de edulcorantes sintéticos e conservantes em Bebidas Não Alcoólicas visando o controle de fraude;
11. Validação e implantação, na área de Fertilizantes e Corretivos, de metodologia para determinação de cádmio, cromo e chumbo;
12. Continuação da implantação do Sistema de Gestão Estratégica com o acompanhamento dos indicadores de desempenho;
13. Conclusão da obra de construção do muro externo que separa o prédio de área de mata atlântica;
14. Atualização tecnológica de técnicos envolvidos em projetos de referencia, em organismos internacionais, visando ocupar o espaço que a Rede Lanagro precisa devido às atuais exigências do mercado internacional;
15. Acreditação do laboratório de microbiologia de alimentos como provedor de ensaios de proficiência pela ISO/IEC 17043;
16. Adequação técnica e de infraestrutura para tornar o laboratório de bacteriologia como laboratório de referência em MORMO da OIE;
17. Caracterização de espécie em pescado através do DNA objetivando a venda do produto com a veracidade requerida.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

Item 1 -Identificação da UJ - Lanagro-PE

(Parte A, Item 1 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010 Conteúdo Geral do Relatório de Gestão)

Quadro I – Identificação da UJ -Relatório de Gestão individual- (Quadro- A.1.1)

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Recife			
Denominação abreviada: Lanagro-PE			
Código SIORG: 72219	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130016
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta – Unidade descentralizada do MAPA			
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(081)34416311	(081)32688834	(081)34416477
Endereço eletrônico: lanagro.gab.pe@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dom Manoel de Medeiros, S/N – Dois Irmãos CEP -52.171-030 – Recife/PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005 substituído pelo Decreto 7.127, de 04 de março de 2010; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 11.653, de 7 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instrução Normativa nº 24 de 14 de julho de 2009, publicado no DOU de 22/07/2009 Instrução Normativa nº 28 de 25 de setembro de 2009, publicado no DOU de 28/09/2009 Instrução Normativa nº 42 de 16 de dezembro de 2009, publicado no DOU de 17/12/2009 Instrução Normativa nº 11 de 30 de abril de 2009, publicado no DOU de 04/05/2009Regras para análise de sementes/ Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 395p. Glossário ilustrado de morfologia / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 406p. : Il. Color.; 21 cm.Manual de Análise Sanitária de Sementes / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 1. ed., 1. reimpr. Ver. e atual. - Brasília : MAPA/ACS, 2009. 200p			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFE da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130016		00001	

Item 2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade

(Parte A, Item 2 do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010 Conteúdo Geral do Relatório de Gestão)

2.a) Responsabilidades institucionais da Unidade

(Alínea “a” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

2.a.I.) Competência

(Alínea “aI” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

As ações desta UJ visam garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal. Para desenvolver estas atividades o MAPA conta em sua estrutura funcional com uma Coordenação que matem sob sua responsabilidade, unidades descentralizadas denominada Lanagro cuja competência é a de conferir suporte às atividades desenvolvidas pelos Departamentos / Coordenações vinculadas a Secretaria de Defesa Agropecuária.

A Coordenação Geral de Apoio Laboratorial- CGAL tem como responsabilidade desenvolver ações contidas no programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas das metas presidenciais.

Sublinhamos o fato de que o Lanagro-PE está diretamente inserido no Programa 0356 nas suas Ações 2132 e 2136 porem suas atividades alimentam os objetivos dos Programas 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários e 0357- Segurança da Sanidade na Agropecuária. Interação explicada na Figura A-1 Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011: [\(Anexo A\)](#)

2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (PI LABANIMAL)

2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (PI LAVEGETAL).

Em observância a Portaria 104, de 18 de abril de 2006 do MAPA, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, competem também:

- I. Realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;
- II. Realizar análises fiscais, periciais, monitoramento e de diagnóstico;
- III. Garantir a implantação e implementação:
 - a) Do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e
 - b) Da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;
- IV. Promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;
- V. Implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria - Executiva, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:
 - a) Elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;
 - b) Formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e
 - c) Execução de atividades de administração geral.

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete, ainda, a prestação de suporte laboratorial às atividades de competência da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, da Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.a.II) Objetivos Estratégicos

(Alínea “aII” do item 2 do conteúdo geral da parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Podemos enfatizar como consecução do objetivo estratégico a extensão de escopos acreditados, para tal vale destacar a realização anual da reunião de análise crítica pela alta direção, envolvendo todos os servidores e colaboradores da UJ, como também a necessidade de implementação na rotina de ensaios de proficiência nos diversos escopos analíticos, corroborado e controlado pelas auditorias internas no Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ do Lanagro-PE.

Podemos enumerar como boa realização a periodicidade com que foi cumprido o cronograma de reuniões administrativas e de Responsáveis Técnicos, que inclui todos os setores técnicos. Esta gestão considera estas reuniões como controles internos das ações técnicas e administrativas, fórum indispensável para o acompanhamento do desenvolvimento das atividades e suas correções, quando necessário. Um grande aprendizado ocorre nas realizações dos Pregões que também pode ser considerado como uma variável indispensável ao êxito das aquisições de serviços.

Há reuniões com os contratados nos mais diversos serviços, principalmente os de manutenção de equipamentos, calibração e limpeza e conservação.

Durante o exercício de 2011 o contrato de Limpeza e Conservação, por estar em final de vigência e, não podendo ser mais renovado, apresentou um fato novo para esta UJ que, para poder deter os procedimentos administrativos adequados a esta situação, manteve contato com órgãos que têm maior vivência com contratos, como a CJU, que nos orientou a pagar os salários e décimo terceiro dos funcionários utilizando o crédito da fatura mensal, do mês de novembro. Isto diz respeito Processo do Contrato nº 04/2005.

Consideramos como realização técnica administrativa termos conseguido a Certificação da NBR ISO/IEC 17.025/2005 ([Anexo B](#)) por ser uma conscientização para alcançarmos um patamar a nível internacional.

Manter um laboratório, no caso de microbiologia, como provedor nacional de ensaios de proficiência é também uma grande realização, e o mesmo tem como meta para 2012 a obtenção da Acreditação na ISO/IEC nº 17.043 de provedores de Ensaios de Proficiência.

É relevante se registrar que, somado ao atingimento das metas físicas de 93,55%, temos as validações de metodologias que ocorreram ao longo do ano, desenvolvidas para garantir a segurança analítica.

Enumeramos como superação de percalços, a evolução do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, uma vez que, envolve e compromete todos os laboratórios e a área administrativa. Uma conscientização deste porte implica em mudanças de atitudes onde, a própria administração sente dificuldades em priorizar e tomar decisões que não criem conflitos que, prejudiquem os processos que levará a manter o status atingido. Em quadros específicos foram enumeradas as dificuldades financeiras, o quadro de recursos humanos e outros afins.

Neste exercício, o SGQ criou um indicador para avaliar a relação entre os itens da norma observados nas auditorias internas e o número de não-conformidades encontradas que tem como objetivo aumentar eficiência nos controles do Lanagro-PE cujo valor do mesmo, em 2011 reflete uma melhora de 61,64% de conformidade.

2.b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais

(Alínea “b” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

2.b.I) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;

(Alínea “b.I.” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Em 14 de setembro de 2011 foi publicada pela SFA-PE/DAD/SAG- SRP a Portaria nº 069 de 13 de setembro de 2011 de formação da Comissão de Gestão Estratégica- CGE do Lanagro-PE com o objetivo de alinhar as ações da UJ as atividades do Mapa Estratégico-M. E. da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial-CGAL, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA cuja Missão é:

“Promover o desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira”.

Tendo a visão para 2023 de:

“Ser referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários”

O Mapa Estratégico da Rede Lanagro foi consolidado ao longo do exercício em tela e as ações para atingirem as suas perspectivas são:

- ✓ Perspectiva do Cliente: Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária;
- ✓ Perspectiva da Rede Credenciada: Ser Referência em Serviços Laboratoriais Agropecuário;
- ✓ Perspectiva de Processos Internos: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento com Produção de Materiais de Referência e desenvolvimento e validações de métodos, Ações nos Processos Laboratoriais com aprimoramento e automatização dos processos laboratoriais inclusive de credenciamento, promover ensaios de proficiência, ampliar o quantitativo de Acreditação na ISO 17025/2005, aumentar a eficiência de controle da Rede e harmonizar procedimentos, Ações de Articulações com entidades de referência nacional e internacionais bem como melhorar as comunicações com clientes e parceiros e Ações com foco na gestão e infraestrutura;
- ✓ Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento: Com foco em desenvolver competências e adequar o quadro de pessoal a demanda.

Desde a sua formação o CGE do Lanagro-PE vem trabalhando no sentido de acompanhar as ações, com vistas à observância ao atendimento do M.E.. Ao longo do exercício de 2011 três (3) servidores fizeram Curso de Elaboração de Projetos ministrado pela Assessoria de Gestão Estratégica – AGE do MAPA e, em 16 de dezembro, através de vídeo conferência a AGE solicitou o levantamento dos Projetos da UJ, alinhados as perspectivas do M.E., a serem executados pela UJ ao longo de 2012.

A CGAL, inicialmente estabeleceu quatro indicadores que serão acompanhados em caráter nacional:

1. Percentual de atendimento à demanda;
2. Percentual de métodos validados;
3. Percentual de auditorias realizadas no prazo;
4. Percentual de conformidade em estudos interlaboratoriais e proficiência.

Vale salientar a sintonia que esta UJ vem tendo com as ações do órgão central. As Reuniões de Análise Estratégica (RAEs) realizadas pela AGE, já possui um cronograma com frequência trimestral e a primeira reunião está prevista para abril/2012, no Lanagro/SP ou Lanagro/PE, pelo destaque de atuação na Gestão Estratégica, destas duas unidades laboratoriais da Rede Lanagro.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) iniciou o processo de elaboração e implantação da gestão estratégica em 2005, com a criação da Assessoria de Gestão Estratégica- AGE. Porém, ocorreram descontinuidades e o processo foi retomado em 2008. Em 2010 a CGAL, juntamente com AGE, promoveu a Oficina de Direcionamento Estratégico da Rede

Laboratorial. Isto se fez necessário diante das peculiaridades das atividades da rede laboratorial que não apresentavam rebatimentos claros no mapa estratégico já elaborado. E ao longo de 2011 foi consolidado o MAPA estratégico acima mencionado e os indicadores sob responsabilidade da CGAL.

2.b.II.) Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

(Alínea “b.II” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Em 2011 o Lanagro-PE obteve a Acreditação do INMETRO pela ABNT NBR ISO/IEC nº 17.025/ 2005, exigências do mercado externo que controla nosso desempenho através das frequentes auditorias da Comunidade Européia ou dos Estados Unidos, aliado a isto existe a necessidade de aumento de escopo acreditado, que é uma certificação da qualidade analítica, de forma pontual, para cada análise realizada pelos Laboratórios da UJ. Este cenário constitui um desafio para atender aos procedimentos administrativos requeridos.

É preocupante a situação alcançada pela UJ, pois para manter o seu status de acreditado com a situação atual de carência de pessoal, sem concurso público, onde a terceirização mesmo com um amparo legal para determinados processos, continua sendo um gargalo que vem se agravando cada vez mais. Os maiores problemas dizem respeito aos mesmos não poderem ser treinados e, não poderem usar senha no desempenho de suas atividades. O que a gestão vem resolvendo e poderá intensificar para mitigar esta situação, é insistir em evidenciar junto às autoridades superiores, o que impacta este não atendimento as suas reivindicações. Em final de 2011 evidenciando que era irreversível a desativação do SLAV-CE, mostrou-se a conveniência de um dos seus servidores se transferir para a sede do Lanagro-PE, tendo isto se efetivado em 02/01/2012 e o mesmo lotado no setor de finanças. Paralelamente uma função gratificada DAS1 que detinha aquela unidade, esta UJ manteve os procedimentos administrativos necessários para utilização na sede, que permitirá melhor organizar o setor, uma vez que já tinha conhecimento da solicitação de uma servidora da área, por motivo de saúde, de transferência para outro estado da federação.

Uma das atividades administrativas importantes que causam problemas com a falta de pessoal do quadro é o desfazimento de bens e, esta unidade iniciou um processo nesta área em 2009, mas, por falta de pessoal só concluiu em 2011. A importância desta atividade, como o próprio nome diz, é viabilizar a desocupação dos espaços físicos ocupados pelos bens inservíveis. Este processo é laborioso e demorado em sua essência. Para os próximos exercícios é premente a realização de um leilão onde todos os equipamentos inservíveis serão disponibilizados para tal fim. Esta realização só se vislumbra pela transferência de um servidor do Ministério da Integração que ocorreu em setembro de 2011. Esta UJ por ser relativamente nova, criada pelo Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, sofre pela falta de conhecimento de sua existência pelos órgãos do poder executivo, responsáveis pela distribuição dos servidores anistiados, que poderão devidamente selecionados minimizar o problema desta carência.

A não realização das obras programadas para o exercício de 2011, com projetos já elaborados, terá como medidas corretivas para sua conclusão nos próximos exercícios, exaustivos pedidos de créditos, com os projetos anexados e, relatórios de missões estrangeiras evidenciando a espaço físico inadequada. Quando os projetos foram elaborados não existia legislação restritiva para a sua execução, este fato foi mencionado no SIPLAN.

Enumeramos também como dificuldades o não atendimento do crédito solicitado em maio/2011 no valor de R\$ 101.174,00 (cento e um mil, cento e setenta e quatro reais) em obras, com projeto pronto em 2010, para a execução do estacionamento de carros oficiais o que não permitiu a esta UJ a guarda adequada dos seus veículos.

Esta UJ, por não ter no início do ano a dotação orçamentária em sua totalidade, tem dificuldade no planejamento nas atividades de aquisições e serviço, levando a utilizar Cotações

Eletrônicas.

O percentual de 65% de recursos financeiros anuais, liberados no ultimo trimestre do ano, sendo a sua grande maioria material permanente, possibilitou adquirir equipamentos de ponta para situar o Laboratório em patamar similar aos demais da rede. A sua aplicação foi desgastante pela premência de final de exercício financeiro, este fato pode ser minimizado quando forem elaborados projetos específicos, envolvendo as implicações de instalações necessárias e, o acompanhamento ainda no primeiro semestre do ano.

Os recursos financeiros necessários para manutenção do SLAV-CE, até a sua desativação em outubro de 2011, foram repassados à SFA-CE para despesas de combustível com veículo do Lanagro-PE, disponibilizado para a unidade; custear uma pessoa de firma de limpeza e conservação; água; luz e telefone totalizando R\$ 27.840,00 (vinte e sete mil oitocentos e quarenta reais) no exercício. A Avançada da Paraíba não necessita de repasse de recursos desta UJ por ter suas despesas custeadas pela SFA-PB. A parceria do Lanagro-PE com as Superintendências que são bases físicas dos Serviços Avançados regimentalmente competência desta UJ, existe porque os clientes das Avançadas são serviços da Inspeção local.

A estratégia que esta UJ utiliza para treinamento é solicitando aos setores técnicos, conforme suas necessidades, um cronograma anual de treinamentos externos e internos. No entanto foge da autonomia da gestão a garantia de realização de treinamentos externo uma vez que este envolve aprovação de recursos financeiros pelo órgão superior e, o preenchimento de formulários específicos dos recursos humanos do MAPA em Brasília. Os treinamentos fora do país requerem maior complexidade para sua aprovação, pois existe uma comissão em nível de Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA para sua análise e aprovação. No entanto este cenário vem melhorando, pois há reuniões de Levantamento de Necessidades de Capacitação Técnica – LNCT fazendo parte do Plano de Educação Continuada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PAEC/Mapa). Na área administrativa os externos, são programados pela ENAP e, esta instituição envida esforços para realizações destes treinamentos.

Esta UJ disponibiliza do seu quadro técnico, um número considerável de FFA's, para realização das auditorias de monitoramento de Laboratórios credenciados e reconhecidos pela CGAL/SDA/MAPA nas áreas Animal e Vegetal.

No exercício de 2011, utilizando o perfil para TI de um FFA desta UJ estamos na rotina de um Programa de Registro On-line de Solicitação de Análise que viabilizou o acompanhamento de entrada e saída de amostras, inclusive com registro de rejeições de amostra.

Uma das grandes dificuldades que esta UJ encontra é a comunicação entre os diversos setores administrativos e técnicos, isto se pretende atingir com ações contínuas para minimizar o problema utilizando a ferramenta de um contrato, já existente, com a Rede Metrológica do Rio Grande do Sul, para mapear os processos e definir o fluxo das ações.

Um problema crucial que requer um estudo pormenorizado e que envolve pessoas de visão do futuro é o espaço físico ocupado por este órgão que é de 2 hectares e vem limitando a expansão de suas atividades, no entanto, um estudo envolvendo profissionais adequados e um Plano diretor bem elaborado pode resolver este o impasse. Pretende-se nos próximos exercícios, já de imediato em 2012, visualizar pessoas para o estudo específico que o caso requer.

O estágio alcançado por um complexo laboratorial, como é caso desta UJ, prescinde de profissionais da área de engenharia principalmente das áreas de civil, elétrica e eletrônica de forma permanente em seu quadro funcional. Cientes destas necessidades minimizamos o problema com profissionais de outras unidades que atendem a um cronograma previamente elaborado, esta condução não é a melhor, no entanto na área de eletro eletrônica fizemos um contrato, com esta exigência na mencionada área e o mesmo vem funcionando desde julho de 2011.

Podemos destacar como ações em 2011:

1. Cumprimento do cronograma das reuniões administrativas e de Responsáveis Técnicos que servem como controle interno das ações da UJ;
2. Distinção dada pela Advocacia Geral da União- AGU como destaque em 2011 no que tange

- ao cumprimento das diretrizes do Projeto Edital Eficiente instituído no âmbito da AGU;
3. Conscientização da ferramenta de economicidade ao adquirir impressora, que atenderá a toda a área administrativa em impressão e scanner, descontinuando gradativamente as existentes em todos os setores da administração;
 4. Reativação do LASO/PE e PB criando grande impacto junto aos clientes triplicando a demanda em relação aos anos anteriores, e a intensificação das análises interlaboratoriais nos quais o laboratório vem apresentando excelente desempenho;
 5. Como ferramenta de grande importância para servir de base as avaliações do desempenho das atividades desta UJ, informações adicionais estão sendo postadas no SIPLAN. Temos a inclusão das análises das ações financeiras e físicas bem como, Restrições e Providências das ações;
 6. Realização de reuniões anuais de análise crítica das ações, buscando o atendimento as exigências da Norma ISO 17025/2005;
 7. Adoção na rotina de análises interlaboratoriais como forma de aferir a segurança analítica, bem como, a realização de auditorias internas cumprindo um cronograma programado como forma de avaliação contínua da qualidade dos processos analíticos.

2. c) Programas de Governo sob a responsabilidade do Lanagro-PE:
(Alínea “c” do item 2 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

2.c.I.) Execução física das ações realizadas pelo Lanagro-PE.
(Alínea “c.II” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Quadro II - Execução Física das ações realizadas pela UJ- (Quadro- A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	603	356	2132	A	3	Ensaaios	85.281	79.784	108.902
20	604	356	2136	A	3	Ensaaios	43.396	20.169	23.821
...

Fonte: Execução Física SIPLAN que consideram ensaios desta UJ.

Quadro III- Valores Aplicados pelos PIs
(Anexo C)

Análise Crítica

Verificamos no quadro, onde constam apenas os Projetos 2132 e 2136 de nomes FUNCIONAMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL e FUNCIONAMENTO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL respectivamente, o quantitativo de ensaios se referem às execuções das ações físicas que contemplam outros PIs que

estão indicados no Quadro III.

Analisando o percentual da ação 2132 temos a realização de 93,55 % da meta prevista, mesmo assim vale salientar que tivemos dificuldade na manutenção da ISO/IEC 17.025/2005, bem como na expansão de escopo tendo em vista a morosidade na entrega dos insumos por parte dos fornecedores.

No corrente exercício foram notificadas 49 empresas por descumprimento de prazo de entrega. A adoção de tal medida vem surtindo efeito uma vez que 59% deste total entregaram após esta estratégia. Colocamos em prática também, a utilização de penalidades com as empresas faltosas empregando sanções de advertências e proibições de licitar com esta UJ por um prazo de até dois anos, tendo isto acontecido com 10% das empresas notificadas. A solicitação de aquisição de insumos importados, que é quase a maioria, nos leva a freqüentes reprogramações de atingimento das metas.

Embora este percentual seja satisfatório vale citar que a aquisição de Material de Referência Certificado - MRC também constitui problema de difícil solução o que nos levou a envidar esforços junto ao centro de Pesquisa – CNPq ([Anexo D](#)) a adquirir um certificado de credenciamento que faculta o direito do Lanagro-PE a adquirir bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, com os benefícios previstos na Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, alterada pela Lei 10.964, de 28 de outubro de 2004. Da mesma forma, após exaustivos esforços conseguimos facilitar o desembaraço aduaneiro, obtendo a inclusão da Coordenação perante o SISCOMEX ([Anexo E](#)).

Em relação ao percentual da ação 2136 que foi de 46,47% isto se deve a desativação da SLAV-CE e a paralisação do Laboratório de Sementes de PE e PB para se adequar as exigências do SGQ da UJ, além de julgarmos este número superdimensionado.

Não podemos deixar de comentar que a elaboração dos preços de referência, exigência dos processos licitatórios de apresentar, no mínimo três empresas para compor esta informação, ocasiona processos com itens desertos como conseqüências de preços muito aquém da realidade do mercado.

O contingenciamento que ocorre todos os anos prejudica de sobremaneira o desempenho das atividades, uma vez que, nos primeiros meses do ano os recursos liberados são apenas para despesas de manutenção.

Conforme pode ser visto no Quadro III ([Anexo C](#)) o Programa Apoio Administrativo- Código 0750, não apresenta nenhum recursos financeiro liberado e isto é um gargalo uma vez que a manutenção é retirada dos Projetos Técnicos. O órgão central é ciente desta fragilidade e vem envidando esforços para solucionar o impasse. Conforme pode ser observado à soma de todos os nossos PIs é quase igual ao animal e vegetal, portanto são estes dois PIs o sustentáculo do funcionamento do sistema laboratorial mas é insuficiente para manter o complexo laboratorial deste porte.

Esclarecemos que no subitem- 2.a.I.) Competência - está descrito os detalhes da interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011 apresentadas no Quadro III.

2.d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:

(Alínea “d” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Quadro IV - Identificação das Unidades Orçamentárias– (Quadro-A.2.3) -

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101

2.d.I.) Programação Orçamentária das Despesas:

(Alínea “d.I” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.d.I.1.) Reserva de Contingência e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

(Alínea do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010 – 2.d.I.4)

Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. – (Quadro- A.2.7) **(Anexo F)**

Análise crítica:

No que tange as despesas correntes 83% refere-se aos PIs LABANIMAL e LAVEGETAL e a diferença refere-se aos demais PIs citados no Quadro onde se verifica facilmente que os dois PIs são insuficientes para as despesas desta UJ. Corroborando isto, temos um percentual considerável para despesas contratuais e as despesas de material de consumo que alavancam o desempenho do laboratório e é um valor irrisório, uma vez que as drogas são importadas, as vidrarias são de alta qualidade e calibradas e, esta UJ por trabalhar com fraudes está constantemente realizando análises de contraprova que vão constar em processos que podem gerar processos civis.

Atividades de alta relevância, como Resíduos e Febre Aftosa, são contempladas com valores insignificantes conforme pode ser observado no Quadro, este fato vem dificultar a avaliação dos programas em tela, além do que os valores recebidos foram pra atender despesas com diárias e passagens.

Os recebimentos de crédito são efetuados por solicitações em formulários apropriados e com orçamento estimativo acompanhado de Nota Técnica informando a relevância da aplicação do crédito, no entanto isto não nos garante o recebimento do mesmo. A exigência de comprovação da disponibilidade do crédito, que é solicitado ao órgão central, atrasa o encaminhamento do processo e conseqüentemente a deflagração dos processos licitatórios.

O impacto destas programações causou no exercício grande frustração uma vez que, foi solicitado recurso para realização das obras dos laboratórios de bacteriologia e virologia, com projetos devidamente elaborados, o que contribui de sobre maneira para o atraso na expansão dos escopos analíticos.

O valor total do Quadro que contempla investimento apresenta dotação orçamentária significativa em material permanente, totalizando 85%. Este recuso financeiro foi recebido no ultimo trimestre do ano e isto é um fator que dificulta o gerenciamento, embora tenha contribuído de sobremaneira para o avanço tecnológico do laboratório em adquirir equipamentos de ponta, colocando um laboratório situado no nordeste, em patamar quase similar as regiões mais avançadas do país. Vale salientar que este patamar é exigência imprescindível para atender as missões estrangeiras permitindo ao país, continuar em posição de destaque no agronegócio e nas exportações.

Neste Quadro podemos ver que apenas 11% diz respeito aos PIs LABANIMAL e LAVEGETAL o que corrobora ao que foi mencionado que, apenas estes PIs não são suficientes para manter uma estrutura complexa como o laboratorial.

2.d.II) Execução Orçamentária da Despesa

(Alínea “d.II” do item 2 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

2.d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação dos Créditos originados da UJ -(2.d.II.2.a)

Quadro VI- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos– (Quadro-A.2.11)

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	8.980.515,18	6.241.151,66	3.207.396,64	2.923.452,27
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	190.472,06	241.725,05	10.596,08	35.751,97
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	8.790.043,12	5.999.426,61	3.196.800,56	2.887.700,30
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.707.001,64	2.057.726,52	1.125.169,79	1.248.278,17
Dispensa	903.937,02	766.587,06	748.295,80	681.830,60
Inexigibilidade	803.064,62	1.291.139,46	376.873,99	566.447,57
Regime de Execução Especial	5.874,13	2.242,41	5.874,13	2.242,41
Suprimento de Fundos	5.874,13	2.242,41	5.874,13	2.242,41
Pagamento de Pessoal	102.099,53	138.994,93	102.099,53	138.994,93
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	102.099,53	138.994,93	102.099,53	138.994,93
Outras	4.566,36	7.967,25	3.666,36	
Totais	10.800.056,84	8.448.082,77	4.444.206,45	4.312.967,78

Fonte: SIAFI Operacional

Análise Crítica:

Em relação à Tomada de Preço, em 13/10/2011 foi empenhado em obras apenas R\$ 190.472,06 (cento e noventa mil quatrocentos e setenta e dois reais e seis centavos). Tendo sido liquidado em 15/12/2011 a importância de R\$10.506,08 (dez mil Este Processo refere-se à construção do Laboratório de Biologia Molecular que foi de sobre maneira prejudicada pela demora de liberação do crédito cujo início de solicitação foi em fevereiro de 2011 e, conforme pode ser visto, apenas uma medição desta obra foi feita em 2011, o que trás consequências desastrosas para esta UJ cujas metas programadas só serão atingidas no segundo semestre de 2012. Para tal solicitação já havia todos os projetos elaborados e a burocracia é tão grande que se não houver um gerenciamento direto causa grande desestímulo na consecução do objetivo. Esta liberação tardia pode ser atribuída também ao contingenciamento que rotineiramente sofre os primeiros meses do ano. O valor pago foi igual ao valor liquidado.

Observando os valores registrados para os Pregões e em Contratações Diretas apresenta um bom atingimento de percentual de 95% e 92%, isto pode ser atribuído ao acompanhamento do setor específico. O suprimento de fundo é uma ferramenta que em sistema laboratorial é de fundamental importância devido a insumos de pequenos valores cuja não aquisição pode impactar na paralisação de atividade, por isto, comparando 2011 com 2010 o percentual é bastante considerável.

Os valores apresentados em diária dizem respeito aos deslocamentos que recebem as convocações do órgão central.

Com relação aos Pregões foram realizados no exercício um total de 62 (sessenta e dois), dos quais 2 (dois) foram revogados, os de número 6/2011 e o 52/2011. E, o de número 21/2011 aparece no sistema COMPRASNET como abandonado por apresentar item deserto. Destes Pregões 09

(nove) foram licitados na modalidade de Sistema de Registro de Preços.

No que tange as Cotações Eletrônicas foram elaborados 38 (trinta e oito) processos, sendo 10 (dez) canceladas. Das Dispensas de Licitação foram 24 (vinte e quatro) processos, sendo deste total 1(um) cancelado, 8 (oito) para taxas de inscrição de cursos, 7(sete) para serviços de pessoas jurídicas, 1(um) em pessoa física para serviço de recuperação em poltronas, 3(três) para transporte internacional de amostras para ensaios de proficiência, 1(um) de emergencial para revisão do telhado da Virologia, 1 tendo como objetivo contrato de empresa de energia elétrica, 1(um) utilizando o Art.24 inciso 11 na contratação de serviços remanescentes explicitado no quadro apropriado, uma aquisição de bateria para o gerador e um aquisição de estabilizadores que esta UJ pensava em fazer Pregão Eletrônico, mas, seguiu o parecer do CJU no Processo 21002.000120/2011-28 onde o mesmo aconselha a fazer dispensa em virtude de o seu valor ser de R\$3.199,00 (três mil cento e noventa e nove reais).

Quanto aos recursos aplicados temos 15 (quinze) processos na modalidade inexigibilidade dos quais correspondem a ensaios de proficiência, aquisições de insumos no Centro Pan-americano de febre aftosa, empresa brasileira de correios e telégrafos e aquisição de peças específicas para equipamentos das marcas Stemac e Roche, bem como contrato de manutenção de equipamento de marca Edwards BOC.

Os recursos de diárias refere-se ao deslocamento dos servidores com convocação do órgão central para participar de reuniões técnicas, treinamentos, auditorias de laboratórios credenciados, além de colaboradores lotados em outros Lanagros, no caso Lanagro-MG cujo servidor publico federal é formado em Engenharia Eletricista e que é convocado por esta UJ com frequência trimestral para prestar consultoria em sua área específica; também nesta estratégia de colaboração o Engenheiro Civil, servidor publico federal lotado na SFA-PB vem semanalmente prestar consultoria na área de engenharia pertinente.

Neste exercício esta UJ elaborou 240 (duzentos e quarenta) processos de deslocamento entre eles 10,2 % com viagem começada no sábado ou terminada no domingo, por envolver viagens ao exterior e ao estado do Piauí com difícil acesso aéreo, tendo tudo isto corroborado pela legislação que faculta ao servidor não viajar, por questão de segurança, em horários impróprios. Todas as viagens têm suas realizações evidenciadas por relatórios acompanhados de ticket de embarque.

2.d.II.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação-(2.d.II.2.b)

Quadro VII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Quadro-A.2.12)

(Anexo G)

Análise Crítica:

O valor de mão de obra refere-se aos contratos de vigilância armada, conservação e limpeza e outros como apoio administrativo, que alcançaram 35% do total liquidado. Isto se deve a operacionalização da UJ que, se for acrescentado às despesas de manutenção de luz, telefone, água e manutenção de equipamentos laboratoriais sangra de forma considerável, a dotação orçamentária pelo fato da UJ não ter um PI específica para manutenção da estrutura física.

O valor considerado como demais elementos do grupo achamos por bem discriminar da seguinte maneira: 339014, 339033, 339035-, 339036, 339092, 339139 e 339147. A discriminação destes recursos consta no **(Anexo H)**

2.d.II.3.) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação- (Quadro-A.2.13)

(Anexo I)

Análise crítica

O comentário referente à material permanente já foi citado como estrangulamento, devido a sua liberação ter sido em maior escala no ultimo trimestre do ano. O valor de obra também já foi mencionado por ter sido influenciado pelo contingenciamento sofrido, no entanto vale ressaltar quando se compara os dois exercício 2010 e 2011 o valor de 2011 representa 143% em relação a 2010 e isto representa um ganho, mesmo com a liberação tardia por ter permitido a esta UJ a aquisição de equipamentos de alta tecnologia.

O sistema laboratorial necessita de constantes aquisições para acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

Observando a coluna de liquidados vem corroborar que a liberação tardia acima mencionada influenciou de sobremaneira o valor pago de R\$ 403.993,72 (quatrocentos mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos) ficando todo o valor restante do empenhado inscrito em resto a pagar não processado.

2.d.III) Indicadores Institucionais

(Alínea “dIII” do item 2 do conteúdo geral Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

São três indicadores elaborados anualmente pela UJ para avaliações de sua Eficácia, Eficiência e Efetividade, apresentados nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - Indicador de Eficácia (Anexo K) ;

Tabela 2 - Indicador de Eficiência (Anexo L) ; e

Tabela 3 - Indicador de Efetividade. (Anexo M)

Estes desempenhos da UJ estão apresentados separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

A execução das ações de funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos da UJ, conforme a Figura A.2. (Anexo O), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2008-2011, conforme a Figura A.1. (Anexo A) constante do Anexo.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades dos serviços dos clientes (SIPAG, SEDESA, SEFAG) e programas de governo (0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, 0357-Segurança da Sanidade na Agropecuária, 0375-Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários).

Consideramos os indicadores como termômetro de acompanhamento do atingimento das metas e esta estratégia está sendo repassada para os servidores e a sua implementação em maior escala em 2012 é o objetivo desta UJ.

Item 3 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

(Parte A, Item 4 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

3.1.) Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro IX - - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (Quadro-A.4.1)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	606.559,64	5.699,00	557.943,72	42.916,92
2009	3.416,00	300,01	3.115,99	-

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	3.520.588,10	654.070,20	2.640.357,00	226.160,90
2009	41.797,82	41.797,82	-	-

Observações:				
Fonte: SIAFI operacional				

Análise Crítica:

Dos valores inscritos dos Restos a Pagar não processados a liquidar em 2010, a importância de R\$ 100.523,00 (cem mil quinhentos e vinte e três reais) refere-se ao empenho 2010 NE 900894 do Centro Pan-americano de Febre Aftosa que corresponde aos Kits para a execução da sorologia da febre aftosa e ainda não foi pago pelos insumos serem entregues parcelados e a sorologia ter sido reprogramada para 2012. O valor de R\$ 52.220,00 (cinquenta e dois mil duzentos e vinte reais) refere-se ao empenho de número 2010NE900466 de 13 de agosto de 2010 cujo objeto é aquisição de um Sistema Eletrônico de acesso que ainda apresenta problema em seu funcionamento. A referida empresa já foi notificada em duas oportunidades em 30 de março de 2011 e em 30 de novembro de 2011 e na data de hoje o seu funcionamento está perfeito e será pago. Os demais valores estão sendo acompanhados para viabilizar o seu pagamento ou o seu cancelamento.

Item 4 - Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

(Parte A, Item 5 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

4.1) Composição do quadro de servidores ativos -Situação apurada em 31/12/2010

(Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

4.1.1.) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

(Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU

Quadro X– Força de Trabalho da UJ -(Quadro-A.5.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		Quantidade
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	74	3	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	74	3	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	43	1	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	31	2	
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	Não há	74	3	-

Fonte: Pasta Funcional dos servidores (Situação apurada em 31/12)

Análise Crítica:

Uma grande fragilidade desta UJ é não dispor de um setor de Recursos Humano próprio isto está se refletindo no preenchimento dos Quadros onde a situação em 31 de dezembro de 2011 não apresenta condições de alterações no Sistema SIAPE. Os dados dos Recursos Humanos apresentados nos Quadros deste Relatório, esta UJ tem condições de evidenciar, inclusive com publicação no DOU. Quando ao lançar mão do SIAPE, para verificar a situação em 31 de dezembro de 2011, observamos que aparece o número 13 (treze) no total de servidores, buscando esclarecimento quanto à possibilidade de correções do Sistema, fomos informados pelo órgão pertinente em Brasília que não tínhamos mais condições de recorrer ao RH da SFA-PE.

Esta UJ não tem acesso ao sistema SIAPE. Por isto em determinado local deste RG já foi mencionado o compromisso de envidar esforços de implantar o setor em 2012.

Os 31 servidores da CONAB que permaneceram 16 anos em disponibilidade e, a faixa etária destes anistiados é de 97% acima de 55 anos e, destes 20% acima de 70 anos estando apenas 3% com idade entre 50 e 55 anos.

4.1.2.) Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada (Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Quadro XI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – (Quadro-A.5.2)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0

2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: Pasta Funcional do servidor Processo 21036.001243/2009-81 (Cessão TRE/PE)

Josiel Severino da Silva

Situação em 31/12/2011

Análise Crítica:

Somos conscientes que a posição dos servidores em 31 de dezembro de 2011, no entanto somos impelidos a concordar com cessão da funcionária Eva Maria Frutuoso matrícula SIAPE 2182 para o Poder Judiciário do estado de Pernambuco em 01 de fevereiro de 2011 e retornando em 23 de dezembro de 2011 desta forma, ela não está entrando na tabela e, já foi cedida em 13 de janeiro de 2012 para o mesmo Poder. Agrava-se a questão pelo documento em tela mencionar que o servidor não pode ter nenhuma perda financeira, obrigando a UJ a manter a função gratificada – FG que a mesma recebe.

4.1.3.) Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

(Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Quadro XII– Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ- (Quadro-A.5.3)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	5	5	-	-

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	6	6	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6	6	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	11	11	0	0
Fonte: Pasta funcional dos servidores - Portarias de nomeação. (Situação em 31 de dezembro)				

Análise Crítica:

O Regimento Interno do Lanagro contempla as funções acima, no entanto, isto cria gargalos no desempenho técnico e administrativo, este documento está sendo revisado e, a reivindicação já foi atendida, estamos aguardando a publicação do novo Regimento.

Comentário análogo ao Quadro X– Força de Trabalho da UJ -(Quadro-A.5.1), na situação do SIAPE em 31 de dezembro de 2011 pode está acontecendo com o Quadro acima e, da mesma forma temos as evidencias das publicações no DOU.

4.1.4.) Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade (Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Quadro XIII– Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - (Quadro-A.5.4)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	9	16	15	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira		9	16	15	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	-	1	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	-	10	16	15	9
Fonte: Informações extraídas das pastas funcionais dos servidores (Situação apurada em 31/12)					

Análise Crítica:

É premente a necessidade de concurso público tanto na área técnica como na administrativa, visto que, deste total temos 48% acima de 51(cinquenta e um) anos e 18% acima de 60 (sessenta). A renovação do quadro é indispensável à continuação do laboratório para manter o nível tecnológico alcançado. Vale salientar que não há servidor com menos de 30 (trinta) anos, isto corrobora com a terceirização que a UJ se vê obrigada a lançar mão e ter aceitado a faixa etária apresentada pelos servidores da CONAB apresentada no Quadro X– Força de Trabalho da UJ - (Quadro-A.5.1).

4.1.5) Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

(Alínea “a” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010)

Quadro XIV– Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - (Quadro- A. 5.5)
Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	2	10	2	9	9	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	10	2	9	9	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	5	1	3	2	-
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1	2	2	
2.3. Funções gratificadas					5		1		
3. Totais (1+2)	-	-	-	2	15	3	12	11	7
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Pastas funcionais.

Análise Crítica:

Analisando a escolaridade verificamos que 36% têm Mestrado/Doutorado e os que têm função gratificada 2 (dois) têm Mestrado e 24% deste total tem especialização. Vale salientar que, o que dificulta o desempenho da UJ é o baixo número de servidores e não a qualidade técnica.

Se for observado o SIAPE na data de 31 de dezembro de 2011, provavelmente os dados não estão atualizados e, em 2012, enquanto esta UJ não tiver implantado o seu Setor de Recursos Humanos, vamos ter um acompanhamento mais efetivo.

4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

(Alínea “b” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

4.2.1.) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

(Alínea “b” do item 5 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Quadro XV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - (Quadro-A.5.6)
(Situação apurada em 31 de dezembro)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	1
1.1 Voluntária		1
1.2 Compulsória	-	
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	-	1

Fonte: Pasta funcional do servidor Processo original SGP/SFA/PE nº 21036.004026/2011-51
Servidor Rafael Silvio Nunes, foi concedido aposentadoria voluntaria integral - Portaria 279, de 19.10.11
(Situação apurada em 31 de dezembro)

Análise Crítica:

Vale salientar que apenas um servidor se aposentou no exercício em tela, embora conforme já relacionado no Quadro XIII– Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - (Quadro-A.5.4), há uma gama considerável de servidores com tempo de serviço hábil para se aposentar.

4.3) Composição do Quadro de Estagiários

(Alínea “c” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários- (Quadro-A.5.8)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	7	7	7	48.790,00
1.1 Área Fim	6	6	6	6	41.708,00
1.2 Área Meio	1	1	1	1	7.082,00
2. Nível Médio	1	1	1	1	3.930,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	1	1	1	1	3.930,00
3. Total (1+2)	8	8	8	8	52.720,00

Fonte: Fichas financeira dos estagiários 2011 do Recursos Humanos da SFA-PE .

Análise Crítica:

Utilizamos a legislação específica, Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 que disciplina a matéria, porém como não temos Recursos Humanos -RH usamos a estrutura da Superintendência Federal da Agricultura no estado de Pernambuco- SFA-PE. O Art. 17 da referida Lei penaliza o laboratório uma vez que dispomos de um contingente muito pequeno do quadro de pessoal.

4.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

(Alínea “d” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

4.4.1.) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores-(Quadro-A.5.9)

[\(Anexo P\)](#)

Análise Crítica:

Esta UJ concorda e se compromete em criar sua estrutura própria de Recursos Humanos para cumprir os seus objetivos em que ver como um grande gargalo a dependência de outra UJ. O conhecimento do custo de pessoal agrega um grande valor uma vez que, como gestora elencando este custo com as metas alcançadas o custo benefício pode ser observado.

4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

(Alínea “e” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

4.5.1.) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva-(Quadro- A.5.12)

[\(Anexo Q\)](#)

Análise Crítica:

Vê análise crítica do Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra- (Quadro-A.5.13).

4.5.2.) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra-(Quadro-A.5.13)

[\(Anexo R\)](#)

Análise Crítica:

O não cumprimento da exigência contratual de ter um Engenheiro, técnico de nível superior,

levou a rescisão do Contrato de nº 03/2011 isto diz respeito ao Pregão nº037/2011. Fomos utilizar o Art. 24 § 11 da Lei 8.666/1993 que trata de contratos remanescentes uma vez que o segundo colocado neste Pregão atendeu ao nosso pleito.

Salientamos que, os contratos que têm suas vigências com prazos superiores há 1 (um) ano, estão devidamente prorrogados com observância a legislação e, com encaminhamento a CJU.

No contrato nº 04/2005 utilizamos o § 4º do Art. 57 da Lei 8.666/1993 em virtude do Pregão de nº 006/2011 não ter tido êxito. Esclarecemos este fato em virtude do valor de referencia que se utiliza, obedecendo a IN nº 2 (dois) de 30 de abril de 2008, ter causado dado errôneo e, isto ocorrendo em um Processo desta natureza, vem causar impacto no êxito do mesmo causando o seu cancelamento. No entanto, a ATA deste Processo e a decisão do Pregoeiro em documento recursal esclarecerão melhor estes eventos ocorridos. Logicamente isto nos obrigou a fazer um novo Pregão, o de nº 30/2011 de 08/09/2011 que também não teve êxito conforme pode ser observado na ATA deste Pregão que menciona que orientado pelo próprio SERPRO, após envidar todos os procedimentos necessários culminou com o cancelamento do mesmo. Um novo Processo teve que ser realizado e foi o Pregão 37/2011 de 04/10/2011 sendo este exitoso, mesmo assim, foi inevitável utilizar a vigência do Contrato nº 4/2005 cuja vigência terminou em 02/12/2011. Com o sucesso deste Pregão entra em vigência um novo Contrato o de nº 23/2011 com data partir de 03/12/2011.

Há um contrato de prestação de serviços técnicos especializados, celebrado entre a União Federal por intermédio do MAPA e a Fundação de Pesquisa do Agronegócio / FUNDEPAG, através do contrato 221011045/2008, gerenciado pelo órgão central em Brasília e que teve a sua prorrogação por mais um ano publicado no DOU do dia 29/12/211, em sua Seção 3 página 9.

Este contrato contempla esta UJ com o quantitativo de Médio 8 (oito), Técnico 22 (vinte e dois) e Superior 9 (nove).

4.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

(Alínea “f” do item 5 do conteúdo geral da Parte A do Anexo II da DN TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Com a finalidade de obter o resultado positivo da visão de da CGAL em 2023, “ser referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários”, durante o exercício de 2011 a CGAL, juntamente com a AGE do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, delineou 23 indicadores com vistas a acompanhar o atingimento das perspectivas apresentadas no Mapa Estratégico da Rede Lanagro.

Dentro deste contexto na Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento dos recursos humanos foram elaborados dois indicadores estabelecidos cujos estudos da implantação continuarão em 2012:

1. Percentual atendido da demanda por recursos humanos e;
2. Percentual de metas cumpridas do plano de capacitação.

Esta UJ buscou , ao longo de 2011, controlar o Absenteísmo:

1. Índice de Absentismo Legal - IAL.

Objetivo: medir o índice que corresponde ao absentismo atribuído a relação existente entre o número de horas perdidas por acidente, doença, maternidade e adoção, licenças legais e outros; e o número total de horas de empresa, entendendo por “*horas de empresa*” as horas que se devem trabalhar em condições normais (segundo acordo coletivo ou normas legais) no período de um ano, e não as horas que realmente se trabalharam nesse período:

Justificativa: Por trabalharmos com número de servidores muito aquém da necessidade o controle de frequência se faz importante para o bom desempenho do desenvolvimento das atividades. Com análises das causas raiz, pode-se tomar decisões e levar a cabo ações para a tentativa de redução do evento.

Metodologia: medida do absentismo “a taxa média”, entendida esta como a relação entre o

número de horas perdidas e o número de horas possíveis de trabalho, para um período anual.

Formula:

Taxa média de absentismo = (Total de horas de absentismo / Total de horas possíveis de trabalho) x 100

Em 2011 Índice de Absentismo Legal do Lanagro-PE foi:

Total de horas possíveis de trabalho= 1.920 horas por servidor x 50(nº total de servidores) = 96.000 horas

Total de horas de absentismo= 394 dias de falta x 8 horas =3.152 horas

Índice de Absentismo Legal = 3152/96.000= 3,28 %

IAL 2011=3,28

Análise do Índice:

Buscando a análise deste resultado observamos que, no exercício em tela, tivemos uma servidora com licença maternidade e um servidor com cirurgia de risco. Soma-se aos 2 (dois) afastados a situação da elevada faixa etária dos 31 servidores cedidos pela CONAB, com 96,77% acima de 55 anos.

Item 5 (Parte A, Item 7 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Quadro XX– Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV- (Quadro A.7.1)

[\(Anexo S\)](#)

Item 6 (Parte A, Item 8 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Quadro XXI– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR- (Quadro A.8.1)

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
	Entregaram a DBR	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
	Não cumpriram a obrigação	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
	Entregaram a DBR	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
	Não cumpriram a obrigação	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	1	9
	Entregaram a DBR	2	1	8
	Não cumpriram a obrigação	0	0	1
Fonte: Pastas funcionais				

Análise Crítica:

Esta UJ possui 5 (cinco) funções gratificadas da classificação DAS, sendo 3 (três) DAS1, 1 (um) DAS 2 e, 1 (um) DAS 3; seis (6) funções da classificação FG1 totalizando portanto 11. Um dos DAS 1, está lotado no Serviço Laboratorial Avançado do estado do Ceará e entregou a DBR na SFA-CE .

O somatório do Quadro acima totaliza 12 (doze) servidores em decorrência de 1 (um) FG1 que foi dispensado em 2011 e a sua função, teve nomeação delegada para outra servidora.

A unidade incumbida de gerenciar o recebimento da DBR é a Seção de Apoio aos Recursos Humanos subordinada diretamente ao SAD. É emitido um Memorando Circular solicitando a entrega da referida DBR e, após o prazo final de entrega estipulado pelo governo, as mesmas são enviadas para o Setor de Recursos Humanos da SFA-PE. Não há um sistema informatizado para o referido controle.

A entrega é feita através de papel ou de autorização eletrônica do servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. Desconhecemos os procedimentos posteriores, pois, conforme acima mencionado os documentos são entregues na SFA-PE no setor pertinente.

Esta UJ se compromete neste RG a criar condições para viabilizar a criação do Setor de Recursos Humanos no exercício de 2012, quando poderá atender as solicitações preconizadas.

Item 7 - Estrutura de controles internos da UJ

(Parte A, Item 9 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Quadro XXII-- Estrutura de controles internos da UJ –(Quadro-A.9.1)

[\(Anexo T\)](#)

Item 8 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

(Parte A, Item 10 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Quadro XXIII -- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – (Quadro A.10.1)

(Anexo U)

Item 9 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

(Parte A, Item 11 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010, conteúdo do Relatório de Gestão)

O Lanagro-PE se sente na obrigação de prestar esclarecimentos quanto a ocupação dos imóveis onde desempenha suas funções e a seguir informa:

- a) A sede do Lanagro-PE está situado na Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, campus da UFRPE, CEP 52.171- 030 em Recife/PE, onde funcionam 13 unidades laboratoriais.

A situação deste imóvel foi comentada no Relatório de Gestão do exercício anterior onde, agora faremos uma observação sucinta e a evolução do ocorrido em 2011.

Mantivemos contato com a Superintendência do Patrimônio da União- SPU em Pernambuco para informar a situação que este imóvel se encontrava, sem documentação, e o grande interesse do Lanagro-PE de regularizar a situação. Fomos informados que a UFRPE tinha iniciado um Processo para legalizar a área do seu campus onde nós estamos inseridos. Quando em 03 de setembro de 2011 chegávamos à sede da SPU, havia uma reunião da formalização da legalização da área do campus onde estamos inseridos, fomos chamadas para participar da reunião cuja Ata anexamos (Anexo V).

Após esta reunião voltamos para a UFRPE para acompanhar o andamento do Processo e em 04 de outubro de 2011 enviamos o ofício nº442 para o Magnífico Reitor, Professor Valmar Corrêa de Andrade no sentido de enviar os documentos desta UJ necessário para regularização da área. Há um compromisso da referida autoridade para conclusão do assunto e em 2012, esta UJ está se documentando com as evidencias. Conforme pode ser evidenciado, através da Ata acima mencionada, a SPU tem conhecimento do assunto em pauta.

- b)Esta UJ possui três unidades laboratoriais no endereço: Av. San Martins, 1000, Bongi - Recife/PE – CEP. 50.630- 060 onde ocupa um prédio de propriedade da SFA-PE e as despesas que este Lanagro tem com o referido prédio é a transferência de recursos financeiros de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) para pagamento de energia elétrica e os demais recursos financeiros são gerenciados pela esta UJ.
- c)O SLAV-CE funcionava até outubro de 2011 na Avenida dos Expedicionários,3442-Benfica, Fortaleza-CE- CEP.60410-410, em área física cedida pelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do Ceará depois de recebido da SFA-CE, conforme Processo do SPU de número 30-79-062251-36 Liv. CT. FL 78, conforme cláusula quarta do Termo de Devolução e Recebimento onde está definido a preservação da área ocupada pela estrutura física do SLAV-CE composta de 1.625 m² e as despesas constam no item 2.b.II. deste RG.
- d)O SLAV-PB funciona na Rodovia BR 230,Km 14, Estrada João Pessoa –Cabedelo/PB CEP 58.310 – 000 em prédio próprio da SFA-PB e sem despesas para esta UJ. Apenas as despesas de insumos e permanentes decorrentes dos processos analíticos.

Item 10 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.

(Parte A, Item 12 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

Observação Relevante:

A tecnologia de TI da UJ é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A UJ mantém uma Central de Processamento de Dados - CPD para dar suporte técnico aos computadores e impressoras em uso na UJ. A UJ mantém uma Comissão de Informática constituída por servidores com expertise comprovada com a finalidade de distribuição racional das estações de trabalho dentro da UJ, avaliação das necessidades de upgrades das estações, manutenção da segurança das informações através de backups sistemáticos, dentre outras atividades correlatas.

Item 11 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

(Parte A, Item 13 do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão).

11.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo**Quadro XXIV - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador –(Quadro-A.13.1)**

Código da UG 1: 130016		Limite de Utilização da UG: 20.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ADRIANA SOARES LEITE	990.246.677-04	1.000,00	-	-	-
AERLEM CYNARA SILVA VIEIRA	027.769.034-05	4.000,00	-	1.938,88	1.938,88
JOSÉ AIRTON MACAIO	121.201.973-34	4.000,00	-	-	-
JOSE AMARO DA SILVA	385.282.584-91	4.000,00	185,98	2.967,01	3.152,99
MARCOS ANTONIO DE SANTANA	265.740.204-68	800,00			-
VANIA LUCIA ASSIS DE SANTANA	832.324.784-68	1.000,00	-	682,26	682,26
SEVERINO JOSÉ DA SILVA	125.865.444-04	500,00	-	-	-
SHIRLEY M. DA SILVA MAPURUNGA	422.340.423-72	1.000,00	-	100,00	100,00
Total utilizado pela UG			185,98	5.688,15	5.874,13
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
					-
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			185,98	5.688,15	5.874,13
Fonte: SIAFI operacional					

Análise Crítica:

Verificando-se o valor faturado vale salientar que 54% dizem respeito a deslocamento de motorista e o restante para despesas miúdas para aquisição de insumos de pequena monta. Os servidores portadores de cartão corporativo são motoristas, 04 Fiscais Federais RTs de laboratório e um servidor lotado no SLA-CE.

O saque efetuado, com o cartão corporativo, refere-se a suprimento em nome de motorista desta UJ que em deslocamento para o estado de Goiás, em viagem a serviço, quando se encontrava em uma BR e precisava abastecer o veículo, ao tentar o uso do cartão este apresentou problema e, se viu obrigado a efetuar esta opção de pagamento. Este valor de R\$ 289,98 (duzentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) em saque, apresentado no Quadro, refere-se a duas utilizações do cartão nesta modalidade, a primeira esta explicada acima, e na segunda também se viu obrigado a utilizar esta modalidade do pagamento.

11.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro XXV– Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)- (Quadro- A.13.2)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	3	185,98	45	5.688,15	5.874,13
2010	3	321,20	12	1.921,21	2.242,41
2009	7	1.510,00	165	14.716,39	16.226,39

Fonte: SIAFI operacional

Análise Crítica

A partir de 2010, esta UJ adotou como estratégia a redução do uso desta ferramenta de aplicação de recurso. No entanto há casos indispensáveis devido ao baixo custo da aquisição onde o custo de formalização do processo licitatório é levado em consideração.

Item 12 –(Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010)

Quadro XXVI- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1) Recomendação 1.

Quadro XXVII- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1) Recomendação 2.

[\(Anexo X\)](#)

Item 13 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

(Parte A, Item 17 do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº108, de 24 de novembro de 2010 conteúdo do Relatório de Gestão)

O desempenho da Gestão deste exercício continua sendo afetado pela grande carência de pessoal administrativo e técnico que contribui negativamente para que esta UJ avance com mais rapidez para atingir o patamar exigido pelo país visando atender o comercio exterior. Isto diz

respeito a aquisição de equipamentos de valores de quase dois milhões de reais que tem grande complexidade na infra-estrutura referente a instalação.

A elaboração de contratos complexos como na área de informática, manutenção de equipamentos de ponta, o estudos processuais para utilização de leasing em processos que gerem praticidade e economicidade como veículos, equipamentos de alta tecnologia e de equipamentos de Tecnologias da Informação.

A carência de pessoal administrativo devidamente preparado, com concurso publica em áreas específicas como contabilidade, administração de empresas e afins, para as demandas que os processos licitatórios exigem como respostas recursais dentre outros fica evidenciado quando esta UJ, para cumprir estes obstáculos lança mão, quando necessário, de técnicos especializados da área analítica em detrimento do andamento dos seus processos analíticos e como também faz contatos com repartições congêneres como CJU dentre outros para dirimir duvidas nesses processos.

O Decreto 7.446, de 01 de março de 2011 que estabelece no âmbito do Poder Executivo, limites de procedimentos para empenho de despesas com diárias passagens e locomoção no exercício 2011 no seu Art. 4 inciso II, causou a este Lanagro grande gargalo para o deslocamento do servidor publico Engenheiro Civil, lotado na SFA-PB, que presta a esta UJ, além de outras unidades da federação, colaboração em processos de obras e serviços de engenharia e disciplina o deslocamento de mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano ter autorização dada por Ministro de Estado. Por este número quarenta (40) não ser por unidade da federação causou grande transtornos pela burocracia requerida para conseguir tal autorização e trazendo como consequência atrasos nos processos de serviços de obras nesta UJ.

Um evento promissor neste exercício foi a transferência de uma Engenheira Agrônoma, especialista em Diagnóstico de Fitossanidade oriunda da EMBRAPA Campina Grande-PB viabilizando a implantação de um Laboratório de Fitossanidade na região nordeste fato importante por não termos nenhum na região.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Item 14 (Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)

14.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Declaração do Consultor

[\(Anexo Z\)](#)

Quadro XXVIII- Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. (Quadro B.1.1)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO – LANAGRO/PE			130016
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

RESULTADOS E CONCLUSÕES:

Do exposto neste documento podemos citar como objetivo traçado neste exercício e causador de grande frustração foi a impossibilidade da realização da obra do Laboratório de Bacteriologia que teve o processo iniciado em fevereiro de 2011 quando foi solicitado orçamentos junto a diversas construtoras, após o projeto aprovado em 2010. O seu crédito foi solicitado em maio de 2011 no valor de R\$ 115.828,37 (cento e quinze mil oitocentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos). Somente em 09 de novembro de 2011, quando a Senhora Ministra de Estado de Planejamento e Gestão autoriza o processo de tal investimento o mesmo poderia ser continuado. As restrições do Decreto nº 7.446 de 01 de março de 2011 e os entraves burocráticos impediram a consecução desta obra no exercício em tela. Esta obra diz respeito a imperiosa necessidade da expansão de escopo no Laboratório mencionado. E, este Lanagro está pleiteando ser referencia na enfermidade denominada MORMO. Em 2012 solicitamos crédito devidamente atualizado e encaminhamos documentos às autoridades superiores sobre tal assunto.

Um objetivo traçado para este exercício e que foi realizado foi a Acreditação pelo INMETRO pela Norma NBR ISO/IEC nº 17.025/2005. Para os próximos exercícios visando mitigar as grandes dificuldades deste alcance uma vez que o aumento de escopo é indispensável, esta UJ tem que incrementar as auditorias internas, incluir Programas de Proficiência nas diversas áreas e viabilizar treinamentos específicos para os servidores lotados no SGQ.

Esta UJ tem envidado esforços para conseguir o objetivo de integrar as áreas animal e vegetal contemplando as aquisições de equipamentos, insumos e serviços de forma harmoniosa. Para os próximos exercícios, embora não esteja ao seu alcance, se compromete a sensibilizar as autoridades para fundir em um único PI as dotações orçamentárias, visando um melhor desempenho. Conforme pode ser verificado no Quadro III ([Anexo C](#)), que enumera os diversos PIs, este fato, dificulta muito a avaliação e o planejamento das ações.

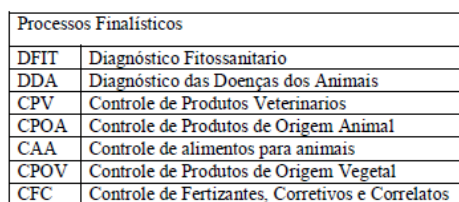
Concluindo citamos que as informações contidas neste RG foram colhidas junto aos diversos setores que integram esta UJ, ou seja, Apoio ao RH, Contratos, Finanças, SAD e outros.

A consolidação das informações foram realizadas pela Divisão Técnica e Financeiro, sob a coordenação da Gestora do Lanagro-PE.

-----FIM-----

ANEXOS

Figura A.1. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011.



Programa Finalístico do PPA 2008-2011		Ações
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal
		2136 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal
		8938 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
		8939 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
		4723 Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
		4745 Fiscalização das Atividades com Organismos geneticamente modificados
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	4746 Padronização, classificação, fiscalização, e inspeção de produtos vegetais
		8658 Prevenção, Controle e erradicação de doenças dos animais
		4842 Erradicação da febre aftosa
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	8572 Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
		2140 Fiscalização de Produtos de uso veterinário
		2124 Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
		2141 Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
		2179 Fiscalização de sementes e mudas

Anexo B

Certificado de Acreditação



República Federativa do Brasil
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro

Coordenação Geral de Acreditação

Signatário dos Acordos de Reconhecimento Mútuo da International Laboratory Accreditation Cooperation (ILAC),
da Interamerican Accreditation Cooperation (IAAC) e do
Acordo Bilateral de Reconhecimento Mútuo com a European Co-operation for Accreditation (EA)

Certificado de Acreditação
Acreditação nº CRL 0484

Acreditação inicial: 11-4-2011

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO - UNIDADE FÍSICA DOIS IRMÃOS
MAPA- LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO
RUA DOM MANOEL DE MEDEIROS ,S/N – DOIS IRMÃOS
RECIFE – PE

*A Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro concede acreditação ao Laboratório acima
identificado, segundo os requisitos estabelecidos na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005. Esta acreditação
constitui a expressão formal do reconhecimento da sua competência para realizar os ensaios
constantes no Escopo de Acreditação.*


Marcos Aurélio Lima de Oliveira
Coordenador Geral de Acreditação

Emissão: 11-4-2011

Validade: 11-4-2013

Anexo C

Quadro III- Valores Aplicados pelos PIs

		VALORES APLICADOS POR PI E DEMAIS AÇÕES E PROGRAMAS				
CÓD. DO PROGRAMA	PROGRAMA	Cód. Do Projeto	Desc. do Projeto	TIPO DE DESPESA		TOTAL (Custeio + Invest.)
				CUSTEIO	INVESTIMENTO	
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Func. do Sistema Laboratorial de Apoio Animal- LABANIMAL	3.949.910,99	240.806,35	4.190.717,34
		2136	Func. do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal-LAVEGETAL	989.195,65	342.393,63	1.331.589,28
		4723	Cont. de Resíduos e contam. em Prod. de Orgem animal e vegetal- RESIDUOS	3.654,28	0,00	3.654,28
		4745	Fiscalização das ativ.c/ organismos geneticamente modificados - FISCORGEN	104.971,90	0,00	104.971,90
		8938	Inspeção e fiscalização de prod. De origem animal- INSPANIMAL3	381.116,26	0,00	381.116,26
Subtotal				5.428.849,08	583.199,98	6.012.049,06
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	2134	Vigil.e Fiscal. do trânsito Interestadual de veg.e seus prod.e insumos- VIGIFITO1	107.793,65	0,00	107.793,65
		4842	Erradicação da febre aftosa- FOCEM2/FEBREAFTOS	205.629,96	162.000	367.629,96
		8572	Prevenção, cont. e erradicação de pragas- PCEVEGETAL	0,00	2.437.647,89	2.437.647,89
		8658	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	0,00	0,00	0,00
Subtotal				313.423,61	2.599.647,89	2.913.071,50
0360	Gestão da Política Agropecuária	ik40	Implant.do proc.de gestão estrat.orientado ao desenv. Sustentável do agroneg.	0,00	0,00	0,00
		4572	Capacit. de servidores púb.Federais em proc.de qualific. e requalific.- CAPACITA1	7.048,05	0,00	7.048,05
Subtotal				7.048,05	0,00	7.048,05
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2141	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes- FISFECOI	4.806,50		4.806,50
		2179	Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1	6.590,52	1.856.491,21	1.863.081,73
Subtotal				11.397,02	1.856.491,21	1.867.888,23
0750	Apoio Administrativo	2000	Administração da unidade	0,00	0,00	0,00
Subtotal				0,00	0	0,00
TOTAL GERAL.....				5.760.717,76	5.039.339,08	10.800.056,84

Anexo D

Certificado de Credenciamento



CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO CNPq n.º 900.1157/2011

Entidade Credenciada: **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO /
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO – LANAGRO - PE**

CNPJ: 00.396.895/0071-38

Cidade: Recife - PE

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso da atribuição prevista no subitem 1.2 da Portaria CNPq n.º 119, de 16 de junho de 2011, e considerando o disposto no art. 1º da Portaria Interministerial MCT/MF n.º 977, de 24 de novembro de 2010, certifica que a entidade acima qualificada está credenciada para proceder a importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, com os benefícios previstos na Lei n.º 8.010, de 29 de março de 1990, alterada pela Lei n.º 10.964, de 28 de outubro de 2004.

As importações amparadas pelo presente certificado estão adstritas ao limite da quota anual aprovada pelo CNPq para a referida entidade.

Este certificado vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

Brasília-DF, 01 de dezembro de 2011.

ERNESTO COSTA DE PAULA

Anexo E

Inclusão da Coordenação perante o SISCOMEX



INTERESSADO: LABORATORIO NACIONAL AGROP.-PE – MINIST. AGRICULTURA
ENDEREÇO: Rua Manoel de Medeiros, s/n, Campus da UFRPE, Dois Irmãos – Recife/PE
CEP: 52171-030
CNPJ: 00.396.895/0071-38 **Proc.Adm.: 10480.723737/2011-63**

NOTIFICAMOS o interessado do DEFERIMENTO do pedido de inclusão de Diana Sione Barbosa Pinheiro, CPF 003.798.162-53 como responsável legal do órgão da administração pública direta, acima citado, perante o SISCOMEX.

A pessoa física habilitada como responsável pela pessoa jurídica, de posse do CERTIFICADO DIGITAL, efetuará o credenciamento de representantes da pessoa jurídica para a prática das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro no Siscomex. Tal credenciamento será efetuado diretamente nesse sistema pelo respectivo responsável habilitado, no módulo Cadastro de Representante legal do Siscomex Web, acessível na paginada SRF na Internet (www.receita.fazenda.gov.br - Aduana e Comércio Exterior – Siscomex – Siscomex Web) segundo dispõe o parágrafo 1º do artigo 18 da IN 650/2006.

A habilitação de pessoa física ou de responsável por pessoa jurídica no Siscomex não confere atestado de regularidade perante a SRF nem homologa as informações prestadas no requerimento (art. 31 da IN SRF 650/2006). A habilitação do responsável por pessoa jurídica e o credenciamento de seus representantes serão concedidos a título precário, ficando sujeitos a revisão a qualquer tempo (art. 21 da IN SRF 650/2006).

Recife, 07 de julho de 2011.

(assinado digitalmente)

Fernando Lucena Alves
AFRFB MAT: 7561

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE - Seção de Arrecadação e Cobrança – SARAC
Equipe de Tributação - ETR
Av. Alfredo Lisboa, 1152 – 1º andar – Bairro do Recife – Recife (PE). CEP: 50030-150
Fone: 0 ** 81 3797-5217/5218.

Anexo F

Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. (Quadro- A.2.7)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130007	2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI)	1.006,50	-	3.800,00
		130007	2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1)	4.070,52	-	2.520,00
		130002	4572 - Capacit. de Serv. Públicos Fed. em proc. de qualif. e requalif. (CAPACITA1)	2.273,98	-	4.774,07
		130007	2136 - Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Vegetal (LAVEGETAL)	16.528,54	-	972.667,11
		130007	2132 - Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Animal (LABANIMAL)	74.393,56	-	3.875.517,43
		130007	4723 - Cont. de Resíduos e Contam. em prod. de origem animal e veg. (RESIDUOS)	1.206,48	-	2.447,80
		130007	8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL3)	414,89	-	380.701,37
		130007	4842 - Erradicação de Febre Aftosa (FEBREAFOTOS / FOCEM2)	2.205,06	-	203.424,90
		130007	4745 - Fiscalização das Atividades c/ Organ. Genet. modificados (FISCORGEN)	-	-	104.971,90
		130007	2134 - Vig. e Fiscal. do Trâns. Interst. de veget. e seus prod. e insumos (VIGIFITO1)	-	-	107.793,65
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130007	2136 - Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Vegetal (LAVEGETAL)	342.393,63	-	-
		130007	2132 - Funcionamento do Sist. Laboratorial de Apoio Animal (LABANIMAL)	240.806,35	-	-
		130007	8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de pragas (PCEVEGETAL)	2.437.647,89	-	-
		130007	4842 - Erradicação de Febre Aftosa (FOCEM2)	162.000,00	-	-
		130007	2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1)	1.856.491,21	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI operacional

Anexo G

Quadro VII -Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (Quadro-A.2.12)

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	104.209,63	142.219,43	102.099,53	138.994,93	-	-	102.099,53	138.994,93
1º elemento de despesa (339014- Diárias)	92.234,55	135.487,49	90.124,45	132.262,99	-	-	90.124,45	132.262,99
2º elemento de despesa (339036- Diárias)	10.729,92	6.731,94	10.729,92	6.731,94	-	-	10.729,92	6.731,94
3º elemento de despesa (339092- Diárias)	1.245,16	-	1.245,16	-	-	-	1.245,16	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	5.656.508,13	6.068.749,72	4.195.747,39	4.210.092,55	1.604.911,00	1.892.386,76	3.938.113,20	3.835.532,89
1º elemento de despesa (339037 - Mão de Obra)	2.018.946,15	1.597.427,69	1.807.306,21	1.549.668,39	241.669,57	47.759,30	1.697.572,62	1.435.326,85
2º elemento de despesa (339030 - Consumo)	1.783.582,65	1.561.482,64	918.377,02	1.245.948,69	1.024.320,32	345.221,40	778.547,69	1.185.013,29
3º elemento de despesa (339039 - Serviço)	1.628.433,75	2.475.592,97	1.291.504,13	1.178.980,60	289.584,85	1.297.430,01	1.283.612,86	992.979,36
Demais elementos do grupo	225.545,58	434.246,42	178.560,03	235.494,87	49.336,26	201.976,05	178.380,03	222.213,39
Totais	5.760.717,76	6.210.969,15	4.297.846,92	4.349.087,48	1.604.911,00	1.892.386,76	4.040.212,73	3.974.527,82
Fonte: SIAFI operacional								

Anexo H

Figura A.3.a. Resumo da Distribuição dos créditos orçamentário Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro/PE, por Elemento de Despesa

Natureza da Despesa		Recursos Recebidos	Recursos devolvidos	Recursos utilizados	IUT1 (%)	LANAGRO/PE		
						Recursos Estimados para 2011	Recursos utilizados	IUT2 (%)
339014	diárias	92.234,55	0,00	90.124,45	97,71	148.997,25	90.124,45	60,49
339030	consumo	1.794.485,70	0,00	1.783.342,04	99,38	1.850.000,00	1.783.342,04	96,40
339033	passagens e pedágios	147.389,76	0,00	147.389,76	100,00	444.000,00	147.389,76	33,20
339035	Serviços de consultoria	15.000,00	0,00	15.000,00	100,00	84.000,00	15.000,00	17,86
339036	serviços p. física	18.607,16	0,00	18.577,92	99,84	10.000,00	18.577,92	185,78
339037	contratos	2.103.743,51	0,00	2.018.946,15	95,97	1.800.000,00	2.018.946,15	112,16
339039	serviços de terceiros	1.704.088,51	0,00	1.628.433,75	95,56	2.486.215,00	1.628.433,75	65,50
339092	exercícios anteriores	15.934,09	0,00	15.934,09	100,00	*	15.934,09	-
339139	publicações	41.400,00	0,00	41.400,00	100,00	51.600,00	41.400,00	80,23
339147	Taxas	1.600,00	0,00	1.569,60	98,10	2.000,00	1.569,60	-
449051	obras e instalações	224.063,58	0,00	190.472,06	85,01	2.700.000,00	190.472,06	7,05
449052	material permanente	5.441.261,21	0,00	4.848.867,02	89,11	3.640.000,00	4.848.867,02	133,21
TOTAL		11.599.808,07	0,00	10.800.056,84	93,11	13.216.812,25	10.800.056,84	81,71

(*) Meta não estimada

IUT1 = Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

IUT2 = Percentual de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/PE relativamente ao estimado para 2011

Análise Crítica:

O valor estimado para passagens e pedágios foi muito além das necessidades, para o exercício de 2012 foi providenciado o aditivo de redução conforme amparo legal. Caso contrário aconteceu com o item de serviços de pessoas físicas cujo percentual foi muito superior ao recebido se deve ao processo de Acreditação desta UJ, junto ao INMETRO, onde tivemos que pagar diárias dos auditores, e o processo para reforma de mobiliário que tem dificuldade em conseguir pessoas jurídicas e que findou sendo cancelado em 2012.

Anexo I

Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação- (Quadro-A.2.13)

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	5.039.339,08	2.237.113,62	407.192,72	578.417,19	4.716.267,10	1.669.999,16	403.993,72	346.407,21
1º elemento de despesa (449052-Mat.Permanente)	4.848.867,02	1.995.388,57	396.596,64	542.665,22	4.536.391,12	1.455.055,65	393.397,64	310.655,24
2º elemento de despesa (449051-Obras)	190.472,06	241.725,05	10.596,08	35.751,97	179.875,98	214.943,51	10.596,08	35.751,97
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	5.039.339,08	2.237.113,62	407.192,72	578.417,19	4.716.267,10	1.669.999,16	403.993,72	346.407,21
Fonte: SIAFI operacional								

Anexo J

Figura A.3.b.Distribuição dos créditos aplicados pelo Lanagro/PE, por PI's que atenderam aos Elementos de Despesa desta UJ. (Janeiro a Dezembro de 2011)

DESPESA / PI	339014	339030	339033	339035	339036	339037	339039	339092	339139	339147	449051	449052	TOTAL
FISCALSEM1	2.866,92	-	-	-	1.203,60	-	2.520,00	-	-	-	-	1.856.491,21	1.863.081,73
CAPACITA1	2.273,98	-	2.984,07	-	-	-	1.790,00	-	-	-	-	-	7.048,05
LAVEGETAL	15.110,74	170.774,17	21.457,92	-	1.417,80	333.898,10	432.550,44	13.986,48	-	-	-	342.393,63	1.331.589,28
LABANIMAL	64.799,27	1.375.336,48	107.848,07	-	15.956,52	1.433.028,48	925.424,96	1.947,61	24.000,00	1.569,60	190.472,06	50.334,29	4.190.717,34
VIGIFITO1	-	26.899,00	-	-	-	-	69.194,65	-	11.700,00	-	-	-	107.793,65
FISCORGEN	-	-	-	-	-	-	104.971,90	-	-	-	-	-	104.971,90
INSPANIMAL3	414,89	14.000,00	2.000,00	15.000,00	-	252.019,57	91.981,80	-	5.700,00	-	-	-	381.116,26
FOCEM2	-	196.573,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162.000,00	358.573,00
FISFECOI	1.006,50	-	3.800,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.806,50
FEBREAFITOS	2.205,06	-	6.851,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.056,96
RESÍDUOS	1.206,48	-	2.447,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.654,28
PCEVEGETAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.437.647,89	2.437.647,89
TOTAL RECEBIDO	89.883,84	1.783.582,65	147.389,76	15.000,00	18.577,92	2.018.946,15	1.628.433,75	15.934,09	41.400,00	1.569,60	190.472,06	4.848.867,02	10.800.056,84
DIFERENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL UTILIZADO	89.883,84	1.783.582,65	147.389,76	15.000,00	18.577,92	2.018.946,15	1.628.433,75	15.934,09	41.400,00	1.569,60	190.472,06	4.848.867,02	10.800.056,84

Anexo K

Tabela 1) Indicador de Eficácia

Indicador de Eficácia			
. Utilidade			
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a execução das análises realizadas representa a demanda do Serviço de Fiscalização frente à capacidade operacional ofertada referente aos processos Finalísticos.			
b. Fórmula de cálculo			
NuAL	Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas		unidade = amostra ou ensaio
c. Método de medição			
Considerando-se que a <u>unidade de análise laboratorial</u> , que é expressa tanto pela amostra analisada como pelo número de ensaios necessário para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra, utiliza-se como meta física alcançada o somatório das <u>unidades de análise laboratorial</u> para cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pela UJ como se descreve na Figura A.4. <u>(Anexo N)</u>			
d. Fontes de Informação			
Os resultados das <u>unidades de análise laboratorial</u> são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho			
Ação	Unidade Física	Fonte de Informação	
Apoio Animal	Recife/PE	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises das áreas de Diagnostico, Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico (documentos impressos).	
	Fortaleza/CE (até 25/10/2011)	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico (documentos impressos).	
Apoio Vegetal	Recife/PE	Bebidas Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBIWIN (documentos impressos)
		Fertilizantes e Corretivos	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Pericial e Demonstrativo de Ensaios Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. pericial (planilha Excel).
		Sementes	Relatórios Demonstrativos da Execução de Sementes
	Fortaleza/CE	Bebidas Vinagres e	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBIWIN (documentos impressos)
	João Pessoa/PB	Sementes	Relatórios Demonstrativos da Execução de Sementes
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição			
Divisão Técnica do Lanagro-PE			
f. Resultado			
Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	Eficácia (x ₂)	
Animal	Amostra	40.228	
	Ensaio	79.784	
Vegetal	Amostra	2.209	
	Ensaio	20.169	
Lanagro-PE	Amostra	42.497	
	Ensaio	99.453	
g.Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador			
O número de amostras e ensaios realizado depende da demanda vinda dos serviços clientes.			
h.Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso			Responsável
Não se aplica			-----

Anexo L

Tabela 2)Indicador de Eficiência

Tabela 2 - Indicador de Eficiência			
a. Utilidade			
Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras: -em relação aos recursos orçamentários programados, e, -em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.			
b. Fórmula de cálculo			
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP			
$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y_1 =recursos orçamentários programados, em reais x_2 = NuAL (eficácia)		
b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE			
$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y_2 = recursos financeiros utilizados, em reais x_2 = N _u AL (eficácia)		
c. Método de medição			
Os recursos financeiros utilizados (liquidados e a liquidar) somam os valores provenientes de todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório conforme Figuras A 3.a (Anexo H) e, a Figura A3.b (Anexo J) Os recursos orçamentários programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial -CGAL / SDA.			
d. Fontes de Informação			
Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.			
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição			
Divisão Técnica do Lanagro-PE			
f. Resultado			
	Unidade de análise laboratorial (u)	CUP (R\$/unidade)	CUE (R\$/unidade)
Lanagro-PE	Amostra	311,00	254,13
	Ensaio	132,90	108,60
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador			
O CUP (custo unitário programado) obtido foi de R\$ 311,00/amostra e R\$ 132,90/ensaio, enquanto que CUE (custo unitário efetivo) obtido foi de R\$ 254,13/ amostra e R\$ 108,60/ ensaio. A diferença entre o Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE e o Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP dentre outros fatores pode ter apresentado valores menores devido à descontinuidade do Laboratório de Sementes para implantação do SGQ da UJ, a paralisação em parte do ano do Laboratório de Resíduos Inorgânicos para validações de metodologias e a desativação do SLAV-CE que sofre uma diminuição paulatina das suas atividades, até culminar com a desativação.			
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso			Responsável
Nada a declarar uma vez que o baixo número de análises foi consequência de paralisações indispensáveis a confiabilidade analítica de resultados emitidos pela UJ e a desativação do SLAV-CE, por falta absoluta de servidores qualificados, corrobora com o foco na qualidade o buscada por esta UJ. O cumprimento do cronograma das reuniões com os RTs tem servido como um a avaliação constante das metas programadas no decorrer do exercício para em tempo hábil se analisar os números apresentados.			-----

Anexo M

Tabela 3) Indicador de Efetividade

Indicador de Efetividade					
a. Utilidade					
Mostrar a efetividade do Apoio Laboratorial do Lanagro através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo Lanagro e os recursos programados para o exercício de 2011.					
b. Fórmula de cálculo					
b.1. Índice de Realização da Demanda – IR					
$IR = \frac{x_2}{x_1} 100 \%$		x_1 = Número de amostras recebidas - NAR x_2 = N _u AL			
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – IUOAD					
$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100 \%$		x_1 =NAR y_3 = capacidade operacional, em número de amostras			
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2011– UTI_1					
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$		x = Total de recursos recebidos, pelo Lanagro-PE, dos PI's que atenderam aos Elementos de Despesa deste Laboratório, outros Lanagros ou CGAL y_2 = Total de recursos utilizados			
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo Lanagro relativamente ao programado para 2010 – UTI_2					
$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$		y = Total de recursos efetivamente utilizados pelo Lanagro-PE y_1 = Total de recursos programados			
c. Método de medição					
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência					
d. Fontes de Informação					
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência					
e. Área Responsável pelo cálculo					
Divisão Técnica do Lanagro-PE					
f. Resultado					
Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	98,82	127,43		
Vegetal	Amostra	99,23	50,66		
Lanagro- PE	Amostra	98,84	118,12	93,11	81,71
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador					

Indicador de Efetividade	
<p>Podemos observar, pelo valor diferente de 100% do IR, que esta UJ cumpriu com o compromisso assumido no Relatório de Gestão 2010 e, contabilizou o número de amostras rejeitadas. Atingimos nosso objetivo com procedimento, correto e seguro, através da implantação de um Sistema de Registros on line de Solicitação de Análises-R.O.S.A.</p> <p>Desta forma, os valores de IR abaixo dos 100%, devem-se a contabilização de rejeições de amostras por não estarem em condições de análise, em outros casos a entrega em data irregular das amostras, sem levar em consideração a capacidade semanal ofertada ao Serviço de Fiscalização durante o ano.</p> <p>O IUOAD com média de 127,43% se deve a finalização, no início de 2011, dos estudos de prevalência /inquéritos/ monitoramentos que foi realizado, em 2010, para determinar status sanitário do rebanho bovino brasileiro no que diz respeito à febre aftosa. Na área vegetal o atingimento de 50,66% do programado devido a paralisação da área de sementes, para se adequar a um novo fluxo de trabalho com implantação do SGQ ao longo de 2011.</p> <p>O IUT2 no valor de 81,7% sofreu a influencia do alto valor estimado no elemento correspondente a passagens aéreas, bem como ao valor subestimado para serviços de pessoas físicas e o valor de obras cuja execução foi mínima cujas restrições foram de ordem legal e o percentual do IUT1 de 93,11% consideramos satisfatório.</p>	
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
A causa do insucesso da execução das obras com projetos elaborados deve-se também a legislação restritiva que ocorreu e que foge ao nosso controle	União

Anexo N

Figura A.4. – Processos Finalísticos do Lanagro-PE e seus serviços Avançados da PB e do CE

Processo Finalístico/Recife-PE		Unidade de análise	Programado	Recebido	Regeitadas	Eficácia (Realizado)
	Diagnostico Virologico	amostra	19.926	22.817	1	22.816
		ensaio	34.356	27.292	0	27.292
	Diagnostico bacteriano	amostra	2.400	3.439	1	3.438
		ensaio	18.456	5.802	0	5.802
	BSE	amostra	3.188	4.654	0	4.654
		ensaio	3.188	5.206	0	5.206
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	2.441	2.424	226	2.198
		ensaio	15.189	14.437	0	14.437
	Absorção atômica (Metais Pesados)	amostra	900	1.458	22	1.436
		ensaio	2.340	1.675	0	1.675
	Análises Microbiológicas	amostra	1.561	5.187	210	4.977
		ensaio	7.101	21.132	0	21.132
Controle de Alimentos para Animais	Análise por Microscopia	amostra	184	0	0	0
		ensaio	368	0	0	0
	Análises Físico-químicas	amostra	440	342	2	340
		ensaio	2.860	1.492	0	1.492
	Análises Microbiológicas	amostra	360	207	16	191
		ensaio	415	1.820	0	1.820
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas contra Febre Aftosa	amostra	180	176	0	176
		ensaio	720	704	0	704
	Vacinas contra Peste Suína	amostra	36	62	0	62
		ensaio	288	224	0	224
Controle de Insumos Agropecuários	Análise Físico-químicas	amostra	1.154	933	13	920
		ensaio	4.048	4.113	0	4.113
	Análise de Sementes	amostra	199	148	0	148
		ensaio	2.388	1.884	0	1.884
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-químicas e Microbiológicas	amostra	2.232	857	2	855
		ensaio	27.845	11.235	0	11.235
Processo Finalístico/João Pessoa -PB		Unidade de análise	Programado	Recebido	Regeitadas	Eficácia(Realizada)
Controle de Insumos Agropecuários	Análise de sementes	amostra	170	61	0	61
		ensaio	2.040	794	0	794
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-químicas	amostra	0	0	0	0
		ensaio	0	0	0	0
Processo Finalístico/Fortaleza -CE		Unidade de análise	Programado	Recebido	Regeitadas	Eficácia(Realizada)
Controle de Insumos Agropecuários	Análise de sementes	amostra	0	0	0	0
		ensaio	0	0	0	0
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-químicas	amostra	605	227	2	225
		ensaio	7.075	2.143	0	2.143
Ação		Unidade de análise	Programado	Recebido	Regeitadas	Eficácia(Realizada)
Apoio Animal		amostra	31.616	40.766	478	40.288
		ensaio	85.281	79.784	0	79.784
Apoio Vegetal		amostra	4.360	2.226	17	2.209
		ensaio	43.396	20.169	0	20.169
LANAGRO/PE		amostra	35.976	42.992	495	42.497
		ensaio	128.677	99.953	0	99.953
(1) Amostras programadas- estimadas de acordo com a capacidade operacional do laboratório.						
(2) Todas as amostras recebidas são realizadas (recebido = realizado).						
(3) Ensaio = prova =análise						

Anexo O

Figura A.2. Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades

<i>Processos finalísticos</i>	<i>Sub-processos</i>	<i>Atividades</i>					
Diagnóstico de doenças aviárias		Diagnóstico					
		Sorológico	Virológico	Bacteriológico	Molecular		
	Virologia	X	X		X		
	Bacteriologia	X		X	X		
Controle de produtos veterinários	Controle de Vacinas Aviárias	Controle de vacinas vivas contra a Doença de Newcastle Controle de vacinas vivas contra Bronquite Infecciosa das Aves Controle de vacinas vivas contra Gumboro Controle de vacinas vivas Combinadas Controle de vacinas vivas Polivalentes Controle de vacinas vivas Complexadas					
	Controle de Vacinas anti-rábicas	Controle de vacinas inativadas para herbívoros Controle de vacinas inativadas para cães e gatos					
Controle de produtos de Origem Vegetal	Análises de Bebidas e Vinagres	Matriz					
		Não alcoólicos	Fermentados Alcoólicos	Fermentados Acéticos	Destilados	Destilo-retificados	Alcoólicos por mistura
	Microbiológicas	X					
	Físico-químicas	X	X	X	X	X	X
Controle de insumos agropecuários	Análises de Fertilizantes e Correlatos	Matriz					
		Fertilizantes minerais		Fertilizantes orgânicos	Fertilizantes organo-minerais		Corretivos
	Análises Físicas	X					X
	Análises	X		X	X		X

(continua)

Continuação da Figura A.2. Processos Finalísticos do Lanagro/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades

Processos finalísticos	Sub-processos	Atividades						
Controle de produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescados e derivados, mel e derivados, ovos e derivados, água e outros						
	Análises Físico-químicas							
	Resíduos de drogas veterinárias e contaminantes	Pesquisa de Resíduos	Matriz					
			Bovinos	Suínos	Eqüinos	Pescado	Aves	Mel
		Inorgânicos	x	x		x	x	
Controle de Alimentos para animais	Análise	Matriz						
		Rações	Ingredientes	Concentrados	Sais minerais	Alimentos	Suplementos vitamínicos	
	Microbiológica	x	x					
	Físico-química	x	x	x	x	x	x	
	Microscópica	x	x	x				

Anexo P

Quadro XVI I- Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores-(Quadro-A.5.9)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	2.553.270,07	0,00	3.554.073,68	602.063,32	151.583,02	310.018,47	30.210,07	36,23	47.225,76	7.248.489,62
	2010	2.322.316,53	0,00	3.131.949,71	559.301,66	154.061,33	213.799,07	69.109,43	0,00	0,00	6.450.537,73
	2009	2.158.971,88	0,00	2.738.243,34	501.960,13	82.762,16	126.836,51	71.343,01	0,00	0,00	5.680.117,03
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	25.012,20	0,00	17.695,71	1.058,44	780,19	0,00	0,00	0,00	0,00	44.546,54
	2010	21.013,08	0,00	18.394,96	1.132,37	1.446,76	1.212,00	0,00	0,00	0,00	43.199,17
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	426.019,08	0,00	598.707,52	63.459,33	18.571,60	54.738,29	536,48	0,00	11.600,11	1.173.632,41
	2010	382.270,44	0,00	585.627,26	87.043,84	19.076,48	29.594,77	9.880,61	0,00	0,00	1.113.493,40
	2009	353.267,40	0,00	507.852,36	91.889,10	9.149,12	25.982,51	6.230,10	0,00	0,00	994.370,59
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	197.174,56	0,00	246.227,81	46.344,39	27.002,16	11.292,74	1.523,00	1.706,61	7.008,99	538.280,26
	2010	250.723,84	0,00	351.835,87	68.006,41	24.635,08	7.892,00	1.444,88	0,00	0,00	704.538,08
	2009	228.347,59	0,00	310.533,10	55.563,50	13.227,52	0,00	6.234,44	0,00	0,00	613.906,15

Fonte: Ficha financeira dos servidores , correspondente exercício 2011.

Anexo Q

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva-(Quadro- A.5.12)

Unidade Contratante													
Nome: Laboratorio Nacional Agropecuario - LANAGRO-PE													
UG/Gestão: 130016						CNPJ:00.396.895/0071-38							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	L	O	04/2005	41.250.358/0001-3	01/06/2005	02/12/2011				32			E
2011	L	O	23/2011	11.305.804/0001-3	03/12/2011	---				37			A
2007	V	O	15/2007	08.068.307/0001-3	22/05/2007	22/05/2012				6			A
Observações: Vê análise critica do Quadro A5.13.													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Serviço de Apoio Administrativo da UJ.													

Anexo R

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra- (Quadro-A.5.13)

Unidade Contratante													
Nome: Laboratório Nacional Agropecuário - Lanagro-PE													
UG/Gestão: 130016							CNPJ: 00.396.895/0071-38						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	04/2005	41.250.358/0001-50	01/12/2005	02/12/2011			32	32			A
2011	1	O	23/2011	11.305.804/0001-15	03/12/2011	03/12/2012			37	37			A
2007	3	O	15/2007	08.068.307/0001-36	22/06/2007	22/06/2012			12	12			A
2011	10	O	03/2011	03.735.242/001-11	18/01/2011	13/07/2011	2	2	4	4	1	O	E
2009	5	O	01/2009	07.185.730/0001-53	18/01/2009	19/01/2012			11	11			A
2011	10	O	07/2011	10.991.755/0001-00	14/07/2011	01/01/2012	2	2	4	4	1	1	A
2007	14	O	21/2007	07.082.532/0001-64	01/11/2007	01/11/2012			8	8			A
Observações: Vê análise Crítica													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Conservação e Limpeza;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
3. Vigilância;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

DECLARAÇÃO

Eu, SALETE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA, CPF nº 739416978-20, Responsável pelo Setor de Contratos, exercido no LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de fevereiro de 2012.



SALETE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA

739416978-20

Agente Administrativa

Anexo T

Quadro XXII— Estrutura de controles internos da UJ –(Quadro-A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. OBS.: os servidores públicos da UJ têm suas ações norteadas pelo Código de Ética do MAPA.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. OBS.: O Laboratório recebeu Certificado de Acreditação pelo INMETRO sob o nº CRL 0484 para tal suas instruções operacionais foram devidamente padronizadas e com formalização dos documentos pertinentes no que se refere a área técnica. No administrativo, já estão elaborados os procedimentos exigidos pela Norma ISO 17.025/2005 em constam no SGQ. Os demais estão sendo elaborados com apoio de consultoria.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. OBS.: Devido a Certificação e a estratégia de aumentar o escopo de Acreditação esta prática é rotineira					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. OBS.: a Certificação recebida nos obriga a observar rotineiramente os registros de delegações de competências					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. OBS. Os controles internos são acompanhados por reuniões quinzenais, semestrais conforme o processo finalizando com a reunião de análise crítica no final do exercício.					X

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. OBS.: Estão formalizados através do Plano Operativo (PO) anual e através dos comentários dos dados registrados no SIPLAN.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. OBS.: Isto é bem acompanhado com a priorização de processos Licitatórios para aquisições de bens e serviços.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los. OBS.: É claro o conhecimento dos riscos e para tal foi ministrado um Curso de Sistema de Gestão de Risco Biológico e para tal foi escolhido uma área para servir como piloto.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. OBS.: Para a avaliação destes riscos se faz necessário estabelecer indicadores. Este laboratório iniciou a formulação dos mesmos, no entanto não evoluímos muito por estar centralizado na Coordenação Geral, porém em 2012 vamos implementar nossos próprios indicadores.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. OBS.: Apesar dos indicadores não estarem implementados em sua totalidade os controles de avaliação de risco são acompanhados através de reuniões de análises de processos, dos relatórios contábeis e da intensificação de treinamentos.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. OBS.: Os riscos são classificadas de modo a servir de ferramenta para a tomada de decisões priorizando de sobremaneira as aquisições e serviços. A mensuração será trabalhada no primeiro semestre de 2012.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. OBS.: Há apenas um registro de uma fraude envolvendo amostras e, o caso foi devidamente apurado pelas autoridades competentes e a Gestão tomou como medida preventiva a instalação de câmara.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. OBS.: Não há ocorrência nesta UJ destes eventos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. OBS.: Obedece a legislação pertinente ao MAPA					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. OBS.: Devido ao leque de ações que o laboratório possui temos um número considerável de contratos tanto na área de serviços como na área de aquisições bem como os contratos de locação de mão de obra autorizados o que nos leva a constantes reuniões com os fiscais e as empresas contratadas visando à diminuição dos riscos.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. OBS.: Idem ao item anterior.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. OBS.: Conforme mencionado esta UJ possui diversos contratos e estes instrumentos são apropriados para avaliar o nível de benefício que podem trazer como o aumento da vida útil do equipamento o uso racional dos insumos trazendo como consequência a otimização dos recursos.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. OBS.: conforme comentado acima está tudo esclarecido					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. OBS.: as ações relevantes do laboratório são registradas semanalmente e divulgadas às pessoas envolvidas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. OBS.: As ações relevantes precisam ser melhor gerenciadas para permitir que as decisões sejam tomadas de forma tempestiva, isto é objeto de preocupação por parte da UJ e se pretende otimizar para 2012.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. OBS.: As comunicações são disponibilizadas através da Intranet, página esta que todas as estações de trabalho abrem ao serem conectados.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. OBS.: temos utilizado recursos digitais com a criação da intranet, emails e divulgações de memórias das reuniões.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. OBS.: o monitoramento é realizado através das reuniões supracitadas.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. OBS.: além das reuniões com cronogramas específicos, por áreas, existem as reuniões pontuais.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Reunião da alta direção da UJ constando os seguintes cargos: Coordenadora, Gestora Financeira, Divisão Técnica, Serviço de Apoio administrativo e Unidade de Gestão de Qualidade. Durante as avaliações foram observados a instruções da Portaria nº. 123/2011 após discursões exaustivas revendo e analisando as pontuações pertinentes. A UJ vem sentindo uma melhoria em suas avaliações com um melhor acompanhamento com as auditorias internas mais objetivas e o Relatório final da Análise Crítica será um instrumento de avaliação no exercício subsequente. A posição de um laboratório certificado mantém um comprometimento de manter o status alcançado.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Anexo U


Quadro XXII -- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – (Quadro A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>OBS.: Há critérios de sustentabilidade inseridos em todos os Editais elaborados em 2011. A UJ sempre se preocupou com as condições ambientais. Há tratamentos específicos para efluentes, há contrato para descarte de resíduos biológicos e, a observação referente a descarte químico, do exercício anterior, não pode ser implementada sendo sua evolução observada na classificação dos resíduos para viabilizar a realização do Processo Licitatório em 2012.</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>OBS.: Em 2011, a preocupação do exercício anterior, continua existindo. São divulgados constantes avisos para economia de papel, processo licitatório para compra de papel, preocupação com o descarte de pilhas de grande uso na UJ devido ao número de Splits; no que diz respeito à de copos plásticos de água e café sofreu uma redução drástica de forma tal que em 2011 não houve aquisição de tal produto, sendo o estoque adquirido em 2010 destinado ao uso de visitantes até o final de 2012.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>OBS.: A natureza das atividades da UJ não permite que sempre seja feita aquisição de produtos não poluidores, mas, os cuidados já foram citados no item 2 deste questionário. Em 2011 realizações do Pregão Eletrônico de contratação de firma de limpeza este procedimento já foi exigido para produtos de limpeza e conservação.</p>			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>OBS.: Não temos exigido por considerarmos o assunto controverso e que pode limitar a competitividade, no entanto, como adotamos exclusivamente o Edital Eficiente da CJU no nosso processo, itens alusivos específico a proteção ambiental são avaliados.</p>	X				

<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>OBS.: A UJ tem adquirido lâmpadas, torneiras e ar condicionado com esta preocupação. Ocorreu a substituição de todos os aparelhos de ar condicionado de janela por ar SPLIT. As faturas mensais de luz são acompanhadas com planilhas para avaliação do impacto.</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>OBS.:A UJ utilizou em todos os seus processos ao longo do exercício 2011, papéis A4 reciclados</p>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>OBS.:Pela má qualidade dos reciclados, danificando impressoras, neste caso, colocamos em Edital que não queremos reciclado em observância ao custo benefício.</p>	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <p>OBS.: A qualidade é indispensável a confiabilidade do laudo analítico, uma vez que faz parte do nosso processo análises periciais.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>OBS : Os Editais desta UJ exigem que as contratadas atendam as Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) específicas das áreas.</p>					X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>OBS.: Existe um procedimento que se refere a vidro de Laboratório que a própria EMLURB se encarrega de retirar, porém não há observância ao Decreto acima mencionado.</p>	X				

<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>OBS.:Memorandos Circulares são freqüentemente emitidos informando os resultados.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>OBS.: Esta preocupação existe através de comunicações recomendando economia no uso de papel utilizando o verso, de economia no uso. Recomendando o uso de copo de vidro restringindo os descartáveis apenas para visitante.</p>				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Reunião da alta direção da UJ constando os seguintes cargos: Coordenadora, Divisão Técnica, Serviço de Apoio administrativo e Comissão de biossegurança. Durante as avaliações foram observados a instruções da Portaria nº. 123/2011 ocorreram discussões exaustivas para revisão e análise das pontuações pertinentes.</p>					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Anexo V
Ata de Reunião



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO

ATA DE REUNIÃO DO DIA 03/09/2011

Na presente reunião, os representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); comprometeram-se a verificar se a área ocupada atualmente pelo LANAGRO, encontra-se dentro dos 147, 15ha transferidos pela União a mesma Universidade, por força do Decreto 60.731/1967.

Estando a área do LANAGRO, dentro das suas dependências, firma a UFRPE, o compromisso de transferi-la para a União para que a SPU/PE regularize a ocupação do imóvel para aquele Laboratório Federal.

Os presente abaixo, são testemunhas do fatos e com eles concordam.


..... UFRPE -
..... PROPRIETÁRIO/PROPRIO
..... UFRPE/PS
..... Coordenador do LANAGRO
..... ENCAIXETADO/PROPRIO
..... chefe Subst. SPU
..... SPU
..... SPU/PE

Missão da SPU: Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.

Anexo X

Quadro XXVI- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1)
Recomendação 1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015850/2006-1	Acórdão n. 2067/2011 - TCU 1ª câmara adotada por este tribunal em sessão extraordinária em 05/12/2011	5.1.2.2	RE	Ofício 406/2011 TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário no estado de Pernambuco					72219
Descrição da Deliberação:					
"Diante do exposto recomendamos a unidade guando da utilização de cartão de pagamento do governo federal que efetue pagamento de despesa com estabelecimento afiliado mediante a modalidade de fatura e somente na impossibilidade de utilização de estabelecimento afiliado é que deve haver o saque, desde que autorizado em cada concessão de suprimento de fundo, sempre sendo evidenciado que se trata de procedimento excepcional e de justificativa formal (item 8.4 da Macro função SLAF 0.2.11.21)"					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo					72219
Síntese da providência adotada:					
Divulgação do Manual de suprimentos. Treinamento de motoristas que por serem obrigados a usar suprimento em viagens, inclusive suprimento de serviços que é mais complexo. Acompanhamento constante aos supridos após deterem processo de suprimento.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A partir de 2006 houve uma considerável diminuição do cartão corporativo, tanto em fatura como em saque. Esta diminuição foi progressiva sendo em 2006 no valor de 41, 5% e 2007 no valor de 33,8%. Estes percentuais também se deve a problemática na utilização na modalidade fatura, quando o cartão apresentava restrições em sua operacionalização.</p> <p>Quando em 2008 o governo disciplinou a matéria para utilização do cartão utilizando a modalidade saque, através do Decreto 6.370, de 01 de fevereiro de 2008, publicado no DOU em 06 de fevereiro de 2008, o MAPA publicou a Portaria 233 de 28 de março de 2008 corroborando o percentual máximo de 30% em saque. Esta UJ jamais atingiu este percentual. Enumeramos que em 2008, 2009 e 2010 os valores foram de 4,4%, 9,3% e 14,3% respectivamente.</p> <p>A drástica redução deste uso se deve também a viabilização do uso de cotação eletrônica a partir de 2006, isto veio dar maior agilidade as aquisições de pequeno monte.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>O aprendizado da utilização desta ferramenta já se encontra internalizado. Podemos enumerar como fator positivo o melhor planejamento por parte da área técnica devidamente acompanhada pela administração através de reuniões quinzenais onde se prioriza os processos visando o controle de estoque e paralisação de atividades. Em 2011 aplicamos apenas R\$5.970,13 em sua totalidade e 4,8% em saque. A aplicação de cartão corporativo deste exercício está explicitado no item 11.1-DespesasCom Cartão de Crédito Corporativo deste RG.</p>					

Quadro XXVII- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – (Quadro A.15.1)
Recomendação 2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015850/2006-1	Acórdão n. 2067/2011 - TCU 1ª câmara adotada por este tribunal em seção extraordinária em 05/12/2011	8.1.4.1	RE	Ofício 406/2011 TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário no estado de Pernambuco					72219
Descrição da Deliberação:					
<p>Recomendamos que:</p> <p>a) Não seja renovado o contrato firmado com a empresa SOLL, devendo ser providenciado, anteriormente ao término da vigência do mesmo a abertura de novo processo licitatório;</p> <p>b) Observe as informações e valores constantes do orçamento prévio, utilizando-os como parâmetro para avaliação das propostas apresentadas ao promover procedimentos licitatórios, inclusive na modalidade de Pregão, podendo fixar preços máximos conforme possibilita o inciso X, do Art 40 da Lei nº 8.666/93 ;</p> <p>c) Quando da repetição da ocorrência das propostas vencedoras apresentarem preços superiores aos praticados no mercado, sejam observados o disposto no inciso 3º do Art 48 c/c o inciso VII do Art 24 da Lei nº 8.666/93 ou inicie novo processo licitatório.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo					72219
Síntese da providência adotada:					
A vigência do contrato auditado nº06/2005 foi elaborado sem renovação, com isto foi feito o Pregão nº20/2006 para contratação de nova empresa especializada para execução de retiradas de entulhos, aterros e afins. O novo contrato foi formalizado sob nº 03/2007. Desta forma esta UJ acatou a recomendação do órgão de controle interno.					
Síntese dos resultados obtidos					
O Pregão nº20/2006 já mencionado teve como consequência a formalização do contrato nº03/2007 cuja vigência foi até março de 2009 com todas as recomendações das alíneas b e c sendo observadas. Desta feita esta UJ acatou todas as recomendações do órgão de controle interno.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Como ponto positivo podemos mencionar que após as recomendações do documento, esta UJ implementou um cronograma de prestações de serviços, controlando o número de caçambas retiradas que serviria de subsídio, em processos posteriores, para definir o número médio de caçambas retiradas. Com esta série histórica se tem um referencial para elaboração de Pregões posteriores com este objetivo. O que preconiza o inciso 7 do Art 24 da Lei 8.66/93 esta determinação é cumprida fielmente.					

Anexo Z

Declaração do Contador



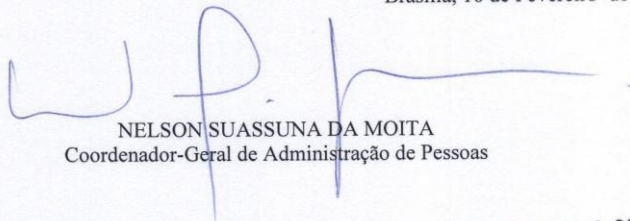
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

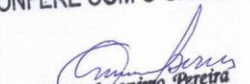
Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2011, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos e
- Maria de Fatima Álvares Araújo

Brasília, 16 de Fevereiro de 2012.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
Contador - CRC-GO 6624-T-08